



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

Douglas Messias Silva

**“ADVOGADOS SEM COR”: ENTRE A VIOLÊNCIA RACIAL E A
AGÊNCIA NEGRA**

Brasília
2020

Douglas Messias Silva

**“ADVOGADOS SEM COR”: ENTRE A VIOLÊNCIA RACIAL E A AGÊNCIA
NEGRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da Universidade
de Brasília – UnB, como requisito para a obtenção
do título de bacharel em Direito.

Orientador: Professor Mestre Rodrigo Portela
Gomes.

Brasília

2020

Douglas Messias Silva

**“ADVOGADOS SEM COR”: ENTRE A VIOLÊNCIA RACIAL E A AGÊNCIA
NEGRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Direito.

O candidato foi considerado _____ pela banca examinadora.

Professor Mestre Rodrigo Portela Gomes
(Orientador)

Professora Mestra Emília Joana Viana de Oliveira
(Examinadora)

Professor Mestre Marcos Vinicius Lustosa Queiroz
(Examinador)

Professora Mestra Juliana Araújo Lopes
(Suplente)

Brasília, 9 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui foi feita em uma quase inacessível estrada que possuía continuas barreiras que muitas vezes me impediram de caminhar. No entanto, nos momentos em que tropecei e fiquei sem forças para caminhar, encontrei pessoas que foram imprescindíveis para me reerguer, possibilitando que eu continuasse nessa caminhada. Por isso sou eternamente grato a essas pessoas que tiveram muito carinho por mim, tornando essa jornada mais leve.

Agradeço, antes de tudo à minha mãe, Expedita, que é meu principal suporte e inspiração. Seu amor e carinho possibilitou meu crescimento, fazendo de mim quem eu sou. Sempre incentivando a educação, trabalhou arduamente e ainda trabalha para que seus filhos possam condições para desenvolver o aprendizado. Agradeço por ter nascido filho dessa mulher que me proporcionou o amor e o cuidado.

À minha irmã Kamilla e aos meus amigos, Lucas, Amanda, Albert, João, Mari, Tâmia, Haloyne, Tiago, Carlucio, Tairine e Aninha, que foram abrigo dentro e fora da Faculdade.

À Karol, minha namorada que sempre acreditou em meu potencial, me acompanhando em aulas, trabalhos e na vida. Muito obrigado por sua companhia.

Ao Rodrigo Portela que me acolheu como orientando, se empenhando ao máximo para que este projeto fosse desenvolvido. Aqui pude sentir o amor que a agência negra possibilita, marcado para sempre em minha memória. Nele me inspiro como profissional, pois admiro muito sua competência e dedicação, hoje sou muito grato por ter encontrado essa pessoa que tem uma energia tão linda e que fez acreditar mais em mim. Afinal, tudo que nós temos, somos nós mesmos.

Aos meus professores da disciplina Direito e Relações Raciais, Emília Joana Viana de Oliveira, Iago Masciel Vanderlei e Laysi da Silva Zacarias e também à Maíra de Deus Brito, por meio deles pude aprofundar minhas raízes e reestabelecer minha identidade como pessoa preta. Obrigado pelas trocas de conhecimento e pela experiência de poder participar da verdadeira educação, que transformou minhas frustrações quanto ao ensino em vontade de aprender.

À Gabriela Furtado que mesmo sem me conhecer, prontamente se disponibilizou a fazer a revisão ortográfica deste trabalho, tenho um carinho enorme por você.

Às estudantes negras que prontamente disponibilizaram seu tempo para compartilhar suas experiências dentro da Faculdade de Direito e denunciar a violência sofrida neste ambiente. Esses testemunhos foram fundamentais para entender a trajetória de negras na FD/UnB.

À todas as estudantes negras, que lutam constantemente contra o racismo e mudam o

mundo por meio de suas vivências.

Por fim, agradeço a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, por ter me proporcionado essa experiência. Mesmo com seus defeitos, sou imensamente grato e pretendo um dia retribuir todo o processo de aprendizado que recebi.

RESUMO

Esta monografia consiste em compreender como a presença de estudantes negras na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília no período de 2015 - 2019 elabora uma cultura jurídica negra que molda os eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária. Assim, a metodologia aplicada consistiu na triangulação, agregando revisão de literatura, mapeamento institucional, grupo focal em formato de roda de conversa que reuniu testemunhos de estudantes negras do curso de Direito da Universidade de Brasília, além da autobiografia. Dessa forma, ficou nítido a necessidade de uma mudança estrutural em todos eixos que foram definidos, para que seja reconhecido a antinegritude que constitui a matriz jurídica branca. Por outro lado, destaca-se a atuação do movimento negro que não se cansa de lutar para que a cada dia mais esta cultura seja transformada. A agência negra já tem moldado os eixos, buscando narrativas negras, acolhendo estudantes, resistindo ao racismo e colocando em prática ações que de fato irão proporcionar igualdade de oportunidades no campo jurídico.

Palavras-Chaves: Agência Negra; Cultura Jurídica; Faculdade de Direito; Racismo.

ABSTRACT

This monograph consists of understanding how the presence of black students at the Law School of University of Brasilia in the period from 2015 to 2019 elaborates a black legal culture that shapes the didactic-scientific axes, the student assistance and the community coexistence. Thus, the applied methodology consisted of triangulation, gathering literature review, institutional mapping and focal group in round tables format that gathered testimonies of black students of the Law course of University of Brasilia, besides an autobiography. Thereby, it became clear the need for a structural change in all the defined axes, so that the anti-blackness that constitutes the white legal matrix is recognized. On the other hand, the performance of the black movement is noteworthy as it does not tire of fighting for this culture to be transformed every day. The black agency has already shaped the Axes seeking black narratives, welcoming students, resisting racism and putting into practice actions that will actually provide equal opportunities in the legal field.

Key words: Black Agency; Legal Culture; Law School; Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Área de Concentração

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CADIR - Centro Acadêmico de Direito

CCN - Centro de Pesquisa e Convivência Negra

CEPE - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

CEU - Casa do Estudante Universitário

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DAC - Decanato de Assuntos Comunitários

DDS - Diretoria de Desenvolvimento Social

DEM - Democratas

DRC - Prefeitura do Campus Darcy Ribeiro

FD - Faculdade de Direito

GEAC - Grupo de Estudos Afrocentrados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCS-RJ - Partido Social Cristão do Rio de Janeiro

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRC - Prefeitura da Universidade de Brasília

RU - Restaurante Universitário

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UnB - Universidade de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Uma Luta Negra e Constante	10
CAPÍTULO I – EIXO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO.....	22
1.1. A Negação do Racismo na Cultura Jurídica	22
1.2 - Apagamento do Pensamento Negro no Campo Jurídico	26
1.3. A Agência Negra Na Construção de uma Agenda Teórico-Política.....	30
1.4. Ligando os Pontos.....	32
CAPÍTULO II – EIXO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA	33
2.1. Racismo Institucional na Assistência Estudantil	33
2.2. Os Impactos Socioeconômicos na Presença Negra da FD/UnB.....	40
2.3. Ligando os Pontos.....	43
CAPÍTULO 3 – EIXO CULTURA E CONVIVÊNCIA.....	44
3.1. Ocupação Negra e Esperança	47
3.2. Centro de Convivência Negra.....	51
3.3. Ligando os Pontos.....	53
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXOS	60
ANEXO A	60
ANEXO B	61
ANEXO C	63
ANEXO D.....	65
ANEXO E	67

INTRODUÇÃO: Uma Luta Negra e Constante

O presente trabalho monográfico surge em um ano dominado pelo medo do retrocesso. O atual governo promove a desconstitucionalização de direitos sociais, faz o desmonte de políticas públicas, corta verbas para a educação e legitima abertamente a violência racial. A pesquisa tem como temática o atravessamento do racismo institucional¹ na trajetória de estudantes negras da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no período de 2015 – 2019, e como a agência negra tem potência para mudar os eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária².

O contexto político no qual o Brasil se encontra é aterrorizante, ascende ao poder uma figura que tem como forma o ódio, a intolerância e a ignorância, pregando um nacionalismo descabido, dando voz ao preconceito e incentivando a violência. Na época, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ – atualmente sem partido), declarou em uma palestra que se fosse eleito presidente não haveria um centímetro de terra demarcada para reserva indígena ou quilombola, e ainda fez a seguinte declaração: “eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”³.

Os discursos racistas presentes nas falas do presidente reforçam o ódio e preconceito racial. É possível ter a percepção de que o racismo reforça o não-pertencimento do negro, que a todo momento lhe é transmitido frases desqualificadoras: “não faz nada”, “não serve para nada”.

Nesse mesmo cenário, em que me encontro no final da graduação, tive a oportunidade de participar da disciplina Direito e Relações Raciais, ofertada na Faculdade de Direito da UnB pelo Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré. Em um dos encontros me surgiu a ideia de analisar como a matriz curricular branca, que domina o curso de Direito da Universidade de Brasília, influencia as vidas negras inseridas nesse meio. Em um mundo onde ser humano é ser branco⁴, como a trajetória de negros na FD/UnB pode ser desanimadora

¹Há na sociedade brasileira um racismo que age estruturalmente, criando um sistema de desigualdade com base na raça. Dessa forma, as próprias instituições governamentais, privadas, universidades, entre outras, normalizam o racismo, hierarquizando racionalmente indivíduos. (GOMES, 2018)

² Essa divisão foi uma determinação metodológica para conduzir o mapeamento institucional e possibilitar uma melhor análise dos impactos do racismo para estudantes negras. Essa metodologia será detalhada posteriormente.

³ Trecho retirado da reportagem “Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

⁴Contextualização desenvolvida por João Costa Vargas, no texto “Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude

e ao mesmo tempo criar mudanças. Assim, emerge a problemática: como a presença de estudantes negras na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília impacta a cultura jurídica dos eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária?

João Costa Vargas, afirma no texto “Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e Antagonismo Estrutural”, que a política brasileira não reconhece a centralidade da antinegitude presente na sociedade, nem mesmo ao criar políticas públicas, estando no poder esquerda ou direita. Pertencer “significa não ser negro; ser negro significa ser, desde sempre, excluído das esferas de cidadania, do consumo, de pertencimento político. Da humanidade. Ser negro significa não ser; significa ser, desde sempre, socialmente morto” (VARGAS, 2017, p.85).

Falar sobre a trajetória de estudantes negras da Faculdade de Direito foi para mim uma necessidade que se iniciou antes mesmo de adentrar ao curso, mas só pude compreender tal temática em meu último semestre, no qual tive a experiência de cursar a disciplina Direito e Relações Raciais, ofertada pelo Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré. Em 2012, participei de uma atividade oferecida pela Universidade de Brasília que estava estritamente ligada às cotas raciais e a discussão de se este sistema estaria de acordo com as necessidades da comunidade negra.

Também, gostaria de destacar pesquisas da FD/UnB que resultaram em monografias, dissertações e teses que foram base teórica para este trabalho, mas que também retratam o desenvolvimento científico deste campo de discussão na FD/UnB. Sendo eles: “Entre Hidra e Leviatã : o Nomos da terra de Carl Schmitt e o paradoxo da história universal” (COSTA, 2015), “Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro : a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana” (QUEIROZ, 2017), “Quilombos, constitucionalismo e racismo : famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí” (GOMES, 2018), “Mulheres negras moldando o Direito Constitucional do Trabalho brasileiro : a doméstica, o feminismo negro e o Estado Democrático de Direito” (LOPES, 2017), “Yalodês : mulheres negras na encruzilhada do direito achado na rua : a centralidade racial nas Promotoras Legais Populares do Distrito Federal” (SANTOS, 2018), “Quilombolas e navais : contribuições à crítica do Estado e do Direito a partir do conflito na comunidade remanescente de quilombo de Rio dos Macacos” (GUIMARÃES, 2019), “Sim, sim! Não, não! : a demonização das religiões afro-brasileiras à luz do Supremo Tribunal Federal” (MENDONÇA, 2019), “Você só olha da esquerda para a direita, o Estado te esmaga de cima para baixo” (SALAZAR, 2017),

“‘Escravidados livres’ : crítica ao discurso jurídico sobre a história do direito do trabalho a partir da representação historiográfica do trabalho escravo” (SILVA, 2015), “Imunidade tributária sobre templos : uma análise crítica do silêncio dos juristas acerca das religiões de matriz africana” (NASCIMENTO, 2015), “A conjuntura político-econômica do afroempreendedorismo na América do Sul : uma comparação entre Brasil e Colômbia” (AMARTINE, 2019), “Mulheres negras e internet : do racismo ao ativismo” (ROCHA, 2017) e “Dançar em praça de Guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1870-1888) (SILVA, 2019).

Mesmo com as implantações de políticas públicas para reparação histórica da população negra, o estudante que ingressa no ensino superior é constantemente violentado pelo racismo e pela estrutura que parece não se preocupar com diversidade cultural presente. Falar sobre esse tema pra mim foi um meio de denunciar essa violência que não afeta somente a mim, mas a todos os negros que fazem parte da instituição. Todavia, também percebo que a agência negra tem lutado para tornar mais plural e antirracista o ambiente da faculdade, respondendo as práticas racistas e exigindo mudanças estruturais que acolham de fato os estudantes negros.

A problemática é extremamente pertinente, pois, ao analisar a matriz didático-científico (ensino, pesquisa e extensão) do curso de Direito da Universidade de Brasília e considerando o racismo como um problema jurídico, evidenciamos que existe uma cultura jurídica que reforça o não-pertencimento do negro neste espaço. Ao diagnosticar os impactos da política de assistência estudantil na permanência de estudantes negras na FD/UnB, notamos que o sistema assistencial não é o ideal para proporcionar a permanência de estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Por fim, ao identificar e analisar os resultados que os espaços comunitários, culturais e políticos provocam na sociabilidade de estudantes negras na FD/UnB, percebe-se um sistema que marginaliza pessoas negras. Dessa forma, cria-se um *apartheid* que determina que pessoas negras são “forasteiras” no mundo jurídico.

Para orientar a pesquisa foi elaborada a seguinte questão: como a presença de estudantes negras na FD/UnB, no período de 2015 – 2019, impacta a cultura jurídica dos eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária? Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva compreender como a presença dessas acadêmicas na FD/UnB, no referido lapso temporal, elabora uma cultura jurídica negra que molda os eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária. O recorte temporal tem como justificativa a minha presença na FD/UnB nesse período, portanto, considerando que sou parte deste contexto, procurei identificar e refletir as dimensões dessa presença-agência para a cultura jurídica

elaborada na faculdade, o que está sistematizado neste trabalho.

Destaca-se que o recorte temporal acaba focando nas agências negras desse período definido, no entanto essa agência de estudantes negras já está acontecendo há bastante tempo dentro da FD/UnB e contexto universitário em decorrência da agência negra pelos movimentos sociais. Assim, destacam-se o Grupo de Estudos Afrocentrados - GEAC, Enegrecer e Yalodês e Afrobixas. Também, a luta de estudantes negras da pós-graduação na FD/UnB proporcionou em 2016 a garantia de cotas raciais nos Programas da Pós-Graduação e a distribuição de bolsas para os estudantes a partir de critérios socioeconômicos, privilegiando as cotistas. Em relação a esta última, embora compreenda em termos de tempo-espaço o contexto desta pesquisa, o material empírico voltou-se diretamente a experiência das estudantes da graduação da FD/UnB.

Assim, de modo específico, também foi possível: i) analisar a matriz didático-científico (ensino, pesquisa e extensão) do curso de Direito da Universidade de Brasília, considerando o racismo como um problema jurídico; ii) diagnosticar os impactos da política de assistência estudantil na permanência de estudantes negras na FD/UnB; iii) identificar e analisar como as atividades e espaços comunitários, culturais e políticos alteram a percepção de estudantes negras na FD/UnB.

A metodologia aplicada consiste na triangulação, reunindo revisão de literatura; mapeamento institucional; grupo focal em formato de roda de conversa, que reuniu testemunhos⁵ (CARNEIRO, 2005) de estudantes negras do curso de Direito da Universidade de Brasília; entrelaçados aos meus relatos autobiográficos. Primeiramente, é importante destacar que esse projeto monográfico foi desenvolvido a partir de três eixos: didático-científico, assistência estudantil e convivência e cultura. Essa divisão não se propõe a resumir todos os aspectos que envolvem o aprendizado ou a formação jurídica, sendo, entretanto, uma abordagem metodológica que auxilia na análise documental de normas e regulamentos que estão diretamente ligados a trajetória de estudantes negras.

Para o desenvolvimento da pesquisa e compreendendo as condições de produção científica epistemicamente comprometidas com o antirracismo, enfrentei as dificuldades de acesso aos dados da experiência de acadêmicas negras da FD/UnB, especialmente pelo apagamento da categoria *raça* nos conteúdos e informações do corpo discente; mobilizando a narrativa destas estudantes. Assim, a empiria foi orientada por uma triangulação de pesquisa

⁵ Sueli Carneiro nos traz a ideia de que a construção de teorias com a presença de recurso testemunhal comprova a tese, confirmando as denúncias presentes no texto. Assim, priorizamos neste texto as perspectivas das vítimas que sofrem com o racismo na FD/UnB.

que considerou dados do mapeamento institucional, desenvolvidos a partir de legislações, atos normativos e resoluções (SOUZA, 2019). O mapeamento permitiu caracterizar institucionalmente os eixos identificados (didático-científico; assistência estudantil; política, cultura e convivência comunitária), apontando especificamente: a) proposição ou finalidade do eixo institucional no desenvolvimento educacional; ii) a dimensão de enfrentamento ao racismo institucional estabelecida pelo próprio eixo.

A análise de documentos permitiu identificar tanto os pontos que expressam o racismo na FD/UnB, que muitas vezes apenas se silencia a respeito das questões raciais; quanto os reflexos da agência negra. Os documentos analisados foram: os Regulamentos da Faculdade de Direito, o atual e o que está em processo de implementação; a Lei nº 10.639/2003; os Decretos nº 7.234/2010 e 7.416/2010; as Resoluções da Reitoria nº 21/2011, 138/2012; 109/2013 e 4/2016; as Resoluções do Conselho de Administração nº 6/2008, 12/2014 e 60/2017; Ato da Diretoria de Desenvolvimento Social nº 2/2019; os Atos da Reitoria nº 370/2006, 759/2007, 488/2013 e o Regimento Interno do Centro de Pesquisa e Convivência Negra.

Integrando a metodologia, coletamos testemunhos de estudantes negras da FD/UnB, convidados a partir de chamada nos grupos de estudantes negras da faculdade para participarem de um grupo de discussão integrante desta pesquisa, conforme convite (Anexo A). O grupo foi realizado no dia 08 de novembro de 2019, nas dependências da FD/UnB, contando com a presença de 6 estudantes, no universo de 9 convites formalizados. O encontro foi desenvolvido em formato de roda de conversa, conduzido pelos pesquisadores a partir de um roteiro prévio (Anexo B), que contou com relatos dos pesquisadores - subsidiados pelo mapeamento institucional e provocações partilhadas com as participantes. A atividade observou as normas éticas da pesquisa, constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) e Contrato de Confidencialidade (Anexo D), destacando-se o comprometimento desta pesquisa com a integridade psicológica e emocional das participantes. Para resguardar a identidade dos alunos entrevistados, cada participante escolheu um nome fictício para ser chamado, sempre prezando o anonimato.

Desta maneira, o grupo foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, por viabilizar o acesso aos testemunhos de diferentes estudantes negras da FD/UnB. Ele evidenciou narrativas silenciadas pelo racismo e possibilitou produzir uma disputa discursiva, tanto para compreender as dinâmicas raciais que afetam as estudantes negras da FD/UnB, quanto as estratégias agenciadas.

O material coletado no mapeamento e no grupo foi operacionalizando na triangulação

com suporte na literatura do campo jurídico e das ciências sociais, com expertise nas relações raciais, destacando-se a bibliografia crítica que posiciona o racismo como fenômeno sócio-jurídico fundamental. A revisão possibilitou que fosse incorporado ao texto o pensamento negro acerca dos problemas identificados, o que, juntamente ao testemunho e à autobiografia, foram estratégias científicas para inserir as marcas e histórias de vida de estudantes negros na narrativa jurídica. Toda essa memória permitiu dimensionar os impactos do racismo, auxiliando na reflexão sobre o mundo social, cultural, histórico e principalmente sobre suas trajetórias como estudantes da FD/UnB.

Ao tentar mensurar os impactos da trajetória negra na FD/UnB, mostra-se necessário traçar um contexto marcado pela luta do movimento negro em possibilitar o acesso da população negra e indígena a esse espaço. Abdias Nascimento, em sua obra “O Quilombismo”, destaca que na América Latina:

[...] ocorre uma discriminação racial disfarçada e sutil. Assim, o branco usa das diversas tonalidades de pele para fazer desaparecer o negro. O homem ideal, possuidor de direitos, seria o homem branco. O apagamento de realizações criativas e intelectuais do negro, ocasionadas pelo tratamento dado pelos brancos, reforçam a discriminação, colocando o negro como não-participante da formação do Estado (NASCIMENTO, 1980, p.).

Em 1983, anos antes da entrada em vigor da denominada “Constituição Cidadã”, o Deputado Abdias Nascimento (PDT-RJ) apresenta ao Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.332/1983. Este projeto tem como proposta a igualdade racial e evidencia três dimensões da discriminação contra o negro: a primeira ligada à oportunidade de condições no mercado de trabalho, a segunda diz respeito ao acesso à educação e a terceira é ligada ao tratamento policial. A luta do movimento negro por igualdade de condições se mostra nítida no decorrer de toda proposição, era exigido apenas paridade de condições entre negros e brancos. Ao ler, encontram-se palavras que regem a demanda, tais como: igualdade racial, combate ao racismo e equilíbrio de oportunidade.

O projeto reivindicava que em todas as esferas do poder público houvesse 20% de cotas para mulheres negras e 20% para homens negros, em todos os cargos existentes, mormente nas funções que exigiam maiores qualificações e que tivessem maior grau de remuneração. Dessa forma, os artigos subsequentes previam o mesmo coeficiente de reserva no setor privado, devendo haver comprovação a cada 5 anos. As empresas, firmas e estabelecimentos que não cumprissem com a lei estariam sujeita a multa e haveria um incentivo fiscal para quem

comprovasse equilíbrio em seu quadro de funcionários entre negros nos empregos melhor remunerados e nos empregos de baixa renda.

O artigo 7º pretendia possibilitar equidade na educação, concedendo bolsas de estudo para estudantes negros. O Ministério da Educação e Cultura, as Secretarias de Educação estaduais e municipais, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) deveriam reservar 20% de vagas para estudantes negros e 20% para negros.

A preocupação com um currículo, que fugisse do academicismo branco e evidenciasse a agência negra e sua contribuição intelectual para formação da história, também era pauta do Projeto de Lei. Juntamente com entidades negros e pensadores negros, o Ministério da Educação e as Secretarias de Ensino estaduais e municipais seriam responsáveis por repensar a base curricular, em todos os níveis (básico e superior). Dessa forma, haveria uma incorporação da história negra e suas contribuições positivas para o Brasil.

Os parâmetros para esse novo currículo estão presentes no artigo 8º, são eles:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e política) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição; II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia do continente africano; III - Incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais, filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana (candomblé, umbanda, macumba, xangô, tambor de minas, batuque, etc.); IV - Eliminar de todos os currículos referências ao africano como "um povo apto para a escravidão", "submisso" e outras qualificações pejorativas; V - Eliminar a utilização de cartilhas ou livros escolares que apresentem o negro de forma preconceituosa ou estereotipada; VI - Incorporar ao material de ensino primário e secundário a apresentação gráfica da família, negra de maneira que a criança negra venha a se ver, a si mesma e à sua família, retratadas de maneira igualmente positiva àquela em que se vê retratadas a criança branca; VII - Agregar ao ensino das línguas estrangeiras europeias, em todos os níveis em que estas são ensinadas, o ensino de línguas africanas (yoruba ou kiswahili) em regime opcional; VIII - Incentivar e apoiar a criação de Departamentos, Centros ou Institutos de Estudos e/ou Pesquisas Africanas e Afro-Brasileiros, como parte integral e normal da estrutura universitária, particularmente nas universidades federais e estaduais. (BRASIL, 1983)

Por fim, o projeto exigia um curso e orientação antirracista na formação de policiais,

entre outras medidas destinadas a diminuir a desigualdade ocasionada pelo racismo estrutural. Entretanto, o referido projeto foi arquivado. Desde 1930, como aponta João Feres Júnior e Luiz Augusto Campos, no texto *Ação Afirmativa no Brasil: Multiculturalismo ou Justiça Social?*, elites brancas dominantes usam do imaginário da “democracia racial” para o mantimento do poder. Usa-se do argumento da miscigenação como um ideário bom, mas que no fim apenas fortalece o embranquecimento e cria políticas que colocam o não-branco em posição inferior. As medidas adotadas pelo Estado, com base no mito de uma democracia racial, reforçam a exclusão do negro a direitos básicos. Há uma manutenção da discriminação, não tendo o negro dignidade real, ocupando cargos inferiores, recebendo menores salários, sendo criminalizado e fomentando o racismo residencial que coloca a população negra em regiões onde é precário o acesso à saúde e à educação.

A Constituição de 1988 surge com a proposta de ser uma Constituição cidadã, tornando o Estado garantidor de direitos sociais. Embora, já se reconhecia os direitos sociais em 1943 no rol de direitos fundamentais nos textos constitucionais; a agência negra presente na Constituinte de 1997/1988, incidiu na presença da criminalização do racismo nos artigo 3º e 4º. Além disso, foi reconhecida a importância da cultura negra e indígena na formação da nacionalidade e a propriedade negra quilombola. No entanto, ainda em relação aos direitos sociais há contradições que afetam o exercício da cidadania e a efetividade dos direitos fundamentais da população negra, particularmente, na retirada de direitos sociais do trabalho às domésticas (LOPES, 2017). Feres Júnior e Campos (2016) analisam artigos chaves para nos fazer pensar sobre a implicação da “democracia racial” presente no texto constitucional. Assim, é trazido o artigo 215 da CF/88:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Esse artigo, segundo os autores, evidencia explicitamente dois grupos culturais “participantes do processo civilizatório”: indígenas e afro-brasileiros. Evidencia-se que a colocação desses grupos ligados a categoria de formadores da sociedade brasileira passam a impressão de um povo consciente de sua origem e essência. No entanto “os brancos europeus não são nomeados, algo que aponta para sua posição como enunciadores do próprio texto [...] Sem ser explicitamente enunciada, é sua voz que ‘fala’ o documento” (FERES JÚNIOR,

CAMPOS, 2016, p.266).

A crítica de Feres e Campos (2016) é importante para não idealizarmos o reconhecimento da condição de sujeitos constitucionais, pois essa própria condição decorre da luta que é constante. Ao mesmo tempo, intelectuais negros do campo jurídico potencializaram teoricamente a plataforma política e enraizaram nosso projeto de nação na constituição, reivindicando nossa leitura própria da carta magna.

O mito prevalece, o branco reconhece aos demais. No entanto, apenas reconhecer grupos discriminados não possibilita nenhuma igualdade, deve ser proporcionadas alterações das desigualdades econômicas, políticas e sociais produzidas racialmente. No ano de 1996, o Ministério da Justiça realizou o seminário *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*, visando o debate sobre o tema. Em resumo, na oportunidade Fernando Henrique Cardoso deixa evidente o enraizamento do mito da democracia racial no governo (FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2016). Para o presidente da época, o Brasil não poderia ser visto essencialmente como preconceituoso, assim, as ações afirmativas raciais aplicadas em outros lugares não poderiam ser aplicadas aqui, pois a discriminação presente na sociedade brasileira seria diferente.

Fica evidente que Cardoso reconhecia a necessidade de políticas para diminuir as desigualdades raciais, mas, ao mesmo tempo, era relutante quanto à implantação aqui do modelo estadunidense de ação afirmativa racial. Foi, portanto, surpreendente a aprovação dada por Cardoso à adoção de ações afirmativas raciais durante a Conferência de Durban, em 2001. (FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2016, p.272)

No final do seu mandato como presidente, Cardoso lança o Programa Nacional de Ações Afirmativas a nível federal, porém, não houve nenhuma aplicação efetiva das ações afirmativas raciais, nem mesmo foi pensada uma reserva de vagas para estudantes negras na universidade (FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2016).

A primeira medida de ação afirmativa racial na modalidade de cotas para ingresso no ensino superior apenas ocorre em 2001. Aqui não iremos nos ater as problemáticas sobre as justificativas para implementação do sistema, nem sobre quais deveriam ser os fundamentos mais adequados para nortear tal ação afirmativa. O Projeto de Lei nº 2.490/2001, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, estabelece cota mínima de 40% (quarenta por cento) para população negra (pessoas pretas e pardas) no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação em todas as instituições públicas de educação superior do Estado do

Rio de Janeiro. Posteriormente, em 2003, a governadora Rosinha Matheus diminui o quantitativo de reserva, passando a ser de 20% as cotas destinadas à população negra (FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2016).

No ano de 2004, as cotas apareceram em âmbito federal. A Universidade de Brasília, depois de um caso de racismo, por articulação do movimento negro denominado *Enegrecer*, estabeleceu 20% de reserva de vagas para estudantes pretos e pardos. A medida adotada deveria ser revisada a cada 10 anos, para ser analisada a sua continuidade. Em 2009, o Partido Político Democratas (DEM) ajuizou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186 (ADPF nº 186), questionando atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (CEPE/UnB) que destinava 20% (vinte por cento) das matrículas a pretos e pardos, e parcela deste percentual a indígenas.

Na ADPF nº 186 alegava-se que o sistema estabelecido pela UnB reforçaria o preconceito racial, pois fomentava um “preconceito reverso” em relação a brancos pobres. Assim, o autor da ação indaga se “a raça, isoladamente, pode ser considerada no Brasil um critério válido, legítimo, razoável, constitucional, de diferenciação entre o exercício de direitos dos cidadãos”⁶.

No ano de 2012, é publicado o acórdão que reconheceu, por unanimidade, a constitucionalidade do sistema de cotas da Universidade de Brasília. Dessa maneira, o Ministro Relator, Ricardo Lewandowski, afirmou que “as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado, e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas”.⁷ Apenas em 2012 foi aprovada em nível federal a Lei nº 12.711/2012, denominada “Lei de Cotas”, que garante a reserva de vagas de 50% (cinquenta por cento) das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público. Atualmente, o artigo 3º estabelece como acontecerá o preenchimento dessas vagas, devendo ser destinadas aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

No ano de 2014 é aprovada a Lei n. 12.990, esta norma estabelece a reserva de 20% das vagas nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos em todo âmbito da administração pública federal, para candidatos negros. Sempre que o número de vagas

⁶ REDAÇÃO. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>. Acesso em: 3 de dezembro de 2019.

⁷ REDAÇÃO. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>. Acesso em: 3 de dezembro de 2019.

oferecidas for igual ou superior a três esta reserva será aplicada. Dessa forma, é possível perceber nesse mecanismo o reflexo das lutas do movimento negro em proporcionar igualdade de condições no serviço público, observando-se esta lei também seria possível proporcionar mais representatividade em sala de aula, com a contratação de professores negros.

Esse histórico de lutas do movimento negro possibilitou um maior acesso de pretos e pardos ao ensino superior, mas percebe-se que ainda não é o ideal. Fica nítido que a população branca ainda domina o esse espaço, seja numericamente ou através do seu currículo basilar. A presença negra e sua agência possibilitaram mudanças no contexto brasileiro e é essa a agência capaz de possibilitar uma verdadeira igualdade no acesso ao ensino superior.

Depois de elaborado esse contexto histórico, é necessário refletir sobre a situação atual dos estudantes negros presentes no ensino superior, especialmente no caso da FD/UnB. Como percebe-se, não é recente o esforço que o movimento negro tem tido para desenvolver uma matriz curricular negra na cultura brasileira. A branquitude tem estado muito bem estabelecida, sendo ela a regente da educação jurídica até a atualidade, assim as trajetórias negras continuam sendo apagadas ou silenciadas. Normaliza-se práticas racistas dentro da faculdade, o que gera o sentimento de não pertencimento aos estudantes negros. Sendo assim, percebe-se que a institucionalização das cotas não é suficiente para proporcionar equidade educacional, pois o racismo institucional impede a permanência de estudantes negras.

Analisaremos, a partir de agora, o racismo institucional e as suas dinâmicas de violência na FD/UnB, que tem reflexos no ensino, na pesquisa e na extensão, apagando o pensamento negro no jurídico. Também identificaremos as fragilidades que o sistema de assistência estudantil apresenta ao tentar lidar com a vulnerabilidade socioeconômica de estudantes negras. Veremos, ainda, os problemas gerados por uma instituição embranquecida não só em suas imagens e referências, mas em seu poder, inferiorizando pessoas negras e apagando a cultura afro-brasileira.

Nesse sentido, a pesquisa foi estruturada em três capítulos, destacando-se em cada um destes as dinâmicas de violência racial e as estratégias de agência relacionadas aos respectivos eixos abordados. No primeiro capítulo, foram centrais as discussões sobre o eixo didático-científico, discorrendo sobre as principais expressões do racismo na formação jurídica, considerando o tripé universitário e apontando as experiências agenciadas especialmente pela comunidade negra da FD/UnB, para posicionar o racismo no centro das discussões jurídicas. Isso porque há um vazio corrente nos currículos, portanto, uma violação explícita da legislação federal, qual seja a Lei nº 10.639, que regulamenta a obrigatoriedade do estudo da história e

cultura afro-brasileira.

Na sequência, o segundo capítulo tem como tema central o eixo da assistência estudantil, destacando seus impactos na sobrevivência de um perfil discente socioeconomicamente vulnerável. Também se discorreu sobre as implicações dessa dimensão no dia a dia da FD/UnB, frisando-se o silêncio institucional que aprofunda a desigualdade de oportunidades, o que reafirma a demarcação racial das relações socioeconômicas.

Por fim, o terceiro capítulo realiza uma discussão sobre o eixo política, cultura e convivência comunitária, atentando-se as dimensões de pertencimento nos símbolos e imagens normalizados na FD/UnB. Além disso, ressalta as agências protagonizadas pelas estudantes negras em reinscrever na faculdade suas referências científicas, culturais e políticas.

CAPÍTULO I – EIXO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Neste capítulo, irei analisar a base curricular do curso de Direito da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de identificar o racismo na cultura jurídica e o apagamento do pensamento negro na matriz jurídica. Também foi possível identificar que a agência negra apresenta outra narrativa sobre o direito que não se coaduna com os mitos raciais contidos na história nacional – da democracia racial –, especialmente narrativas contadas a partir da cultural negra.

Para guiar o eixo didático-científico, quatro questões geradoras foram feitas, sendo elas: 1) Como vocês avaliam as atividades de ensino da FD? O que acham das aulas (temas, métodos e professores)? 2) Vocês cursaram alguma disciplina que centralmente debate o racismo nas relações jurídicas? 3) Além da disciplina optativa ofertada pelo Maré, alguma outra matéria tematizou o racismo direta ou indiretamente? 4) Como percebem que o tema do racismo é abordado na formação jurídica da UnB? Além do ensino, os eixos de pesquisa e extensão desenvolvidos na FD enfrentam o tema do racismo? Ressalta-se que os testemunhos de cada entrevistado estarão presentes no decorrer de toda pesquisa, ajudando-nos a entender a trajetória de estudantes negros na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Também fiz o mapeamento institucional dos regulamentos do curso de Direito. Dois são os analisados: o primeiro está em vigor e define os objetivos, os princípios estruturantes, a quantidade de créditos e as matérias que dão forma ao curso; o segundo está em tramitação para aprovação, no intuito de mudar o atual Projeto Pedagógico do curso e definir novas matérias, carga horária e princípios norteadores, e está previsto para entrar em vigor no ano de 2020. Ademais, a Lei nº 10.639/2003 também foi mapeada, sendo uma legislação materialmente constitucional que resguarda o direito do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Por fim, a revisão de literatura e autobiografia auxiliaram na percepção e análise de como o silenciamento e apagamento do pensamento negro dentro da Universidade de Brasília estão ligados ao sentimento de não pertencimento de estudante negras da Faculdade de Direito.

1.1. A Negação do Racismo na Cultura Jurídica

“Com a fé de quem olha do banco a cena
Do gol que nós mais precisava na trave
A felicidade do branco é plena
A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
Se até pra sonhar tem entrave

A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase
Olhei no espelho, Ícaro me encarou
‘Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num ‘guenta te ver livre, imagina te ver rei’
O abutre quer te ver de algema pra dizer
‘Ó, num falei?’”
(Ismália, Emicida)

bell hooks narra sua trajetória de aprendizado no livro “*Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*”. Ela começa lembrando o tempo em que frequentava a escola para negros, conta que via a escola como um lugar onde poderia se reinventar por meio de ideias, um lugar onde as profissionais educacionais, mulheres negras, buscavam conhecer todos os aspectos da vida das alunas, condições econômica, crenças, relação familiar e conta que, para negros, o educar era um ato político, antirracista.

Contudo, tudo muda no momento que ocorre a “integração racial”. Neste instante, segundo hooks, o conhecimento foi transformado, o aprendizado não mais apresenta um caráter antirracista, sendo resumido somente em passagem de informações. “O que se esperava de nós era a obediência, não o desejo ardente de aprender. A excessiva ânsia de aprender era facilmente entendida como uma ameaça à autoridade branca” (hooks, 2013, p.12).

Pensar na prática de um ensino diferente, que não seja o da matriz curricular branca⁸, é desafiador. Estudei em escolas públicas do Distrito Federal ao longo de toda vida e me deparei com situações frustrantes em todo decorrer. A principal reclamação dos professores era que os alunos não tinham capacidade de aprendizado e que não levavam a sério nada que era passado. Lembro-me de professores que ministravam aula em escolas públicas e particulares, elogiavam muito seus alunos das instituições privadas, afirmando que lá o ensino funcionava e os alunos eram mais dedicados, diferente de nós, alunos da periferia. Ingressar no ensino superior não seria uma meta alcançável, pois estes professores internalizavam e transmitiam discursos meritocráticos para silenciar o racismo, não reconhecendo as dificuldades da vida de suas alunas negras. A todo o momento, era pregado em sala de aula que deveríamos ser duas vezes melhores, mesmo sendo tratadas quatro vezes pior.

No começo do meu ensino médio, tive a oportunidade de conhecer a Universidade de

⁸ O conceito de matriz curricular/jurídica branca utilizado neste projeto monográfico diz respeito ao ensino praticado que apaga as vivências e cientificidade da população negra. Esta matriz dá ênfase apenas aos pensadores brancos, reforça o mito da democracia racial e não reconhece as particularidades dos indivíduos que sempre foram marginalizados na sociedade brasileira. Dessa forma, essa base curricular não se compromete com práticas antirracistas, reduzindo o aprendizado a passagem de informações.

Brasília, conhecida como uma das melhores universidades do Brasil, por meio de uma visita guiada. Senti-me feliz por poder conhecer o *campus* e descobrir como funcionava sua estrutura. Passamos o dia conhecendo cursos, formas de ingresso e possíveis carreiras. Em uma das paradas, nos foi explicado como funcionava o sistema de cotas e respondemos um questionário sobre alguma mudança que iria ocorrer na distribuição de vagas.

Nesta linha, conviver com a violência racial nos faz pensar que somos incapazes, que não podemos sonhar. No entanto, saber que existia a possibilidade de fazer parte da Universidade de Brasília me deu esperança em participar do subprograma 2012-2014 do Programa de Avaliação Seriada da UnB. Mesmo com a insegurança de não conseguir, as falas desanimadoras de professores e o ensino precário das instituições públicas de ensino médio, fiz todas as etapas. Planejei escolher um curso que tivesse um *score*⁹ menor para ingresso, pois me sentia incapaz de disputar espaço em cursos mais concorridos. Na última etapa do subprograma, em uma ação precipitada, acabei escolhendo o curso de Direito. Quando se esgotou o prazo para trocar a opção, arrependi-me de ter selecionado um que era tão concorrido e aceitei o fato de que tinha desperdiçado a chance de ser aluno da UnB. Sem esperar, no dia que eu estava indo assinar um contrato de trabalho, fui surpreendido com ligações me parabenizando por ter passado. Mais um preto no ensino superior.

Fica evidente que ocorre no Brasil algo parecido com a segregação racial que ocorreu nos Estados Unidos da América. As escolas públicas no Brasil são sucateadas, restringindo o acesso ao conhecimento, pois somente quem tem condições de pagar uma escola particular, poderá ter um ensino adequado. Raça e classe estão entrelaçados no contexto brasileiro, fazendo com que brancos tenham acesso a um melhor ensino, enquanto que negros são forçados socioeconomicamente a cursarem um ensino básico precário, em escolas públicas que não possuem infraestrutura adequada, professores insuficientes e sendo ofertado um conhecimento inferior aos que os alunos de escolas particulares recebem.

A felicidade por ser aprovado em pouco tempo se tornou angústia. A segunda impressão que tive da Universidade, em específico, da Faculdade de Direito, não me animou nem um pouco. Em poucas horas como estudante, presenciei casos de racismo praticados tanto por discentes como por docentes. A formação de grupos de amigos constituía-se com base em condições socioeconômicas. Os alunos vistos como inteligentes eram os que pertenciam, coincidentemente ou não, a branquitude. Mais desanimador ainda, era ter a certeza de que os

⁹*Score* é a pontuação que cada candidato a vaga na instituição recebe depois de serem calculados todos os fatores de correção presentes no processo seletivo.

alunos brancos consideravam que os alunos cotistas não possuíam as mesmas competências que eles para estarem ali.

Os esforços do movimento negro em possibilitar acesso à educação fizeram com que muitos estudantes negros ocupassem um espaço que sempre foi negado a eles. Porém, percebe-se que, até hoje, a cultura jurídica branca tem sido a regente de todo o processo didático, esta matriz curricular não se preocupa em silenciar os negros presentes em sala de aula e os feitos intelectuais do povo negro. O atual regimento interno da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília¹⁰ estabelece os objetivos basilares para desenvolvimento do ensino. Sem haver nenhuma reflexão quanto à diversidade racial presente na instituição, esses objetivos são positivados.

Não é reconhecida a centralidade da antinegritude na cultura jurídica branca. Assim, vemos objetivos sendo traçados por brancos para brancos, pois como observaremos no decorrer desta pesquisa, as estudantes negras presentes na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília narram a ligação da violência racial com o sentimento de não-pertencimento. É possível analisar como o regulamento do curso tem se mostrado inadequado para esses alunos. Também é possível definir o perfil do estudante ao qual toda a estrutura da faculdade é destinada: homem branco, cisnormativo e de posse.

No mapeamento institucional, observei que a “excelência do ensino, da pesquisa e da extensão em Direito” é o primeiro objetivo presente no regulamento, estando no artigo 1º. Buscar a excelência na educação, segundo bell hooks (2013), está ligado a desenvolver um ensino emancipador que reforce a ideia de que todos são capazes de aprender. Em contraponto, os professores da FD/UnB reproduzem a matriz jurídica que nega a autonomia de pessoas negras, as vozes dessas estudantes são abafadas, e suas ações, bem como intervenções, são interditas por uma hegemonia branca.

Uma estudante, autodenominada Beyoncé, da Faculdade de Direito da UnB, narra o desconforto em sala de aula como mulher negra. Para ela, participar das aulas, questionar os professores ou até mesmo tirar dúvidas é desconfortável e, muitas vezes, vê o conhecimento como inacessível, pois o conteúdo é passado de forma difícil, sem haver uma metodologia que prenda sua atenção:

Eu vim de outro curso, de serviço social, e eu me sinto muito mais a vontade

¹⁰O Regimento Interno da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília é o instrumento normativo que define os objetivos, os princípios norteados, as matérias e créditos a serem cursadas, e a carga horária do curso.

de dialogar lá, pra botar minhas questões. A maioria das vezes acho que minhas questões são pertinentes, só que eu não me sinto a vontade, seja por causa dos alunos em geral, que eu sempre acho que estou sendo julgada... ou seja por causa da própria dinâmica institucional, estrutural que é dado o ensino na universidade... eu vejo que tem muita questão racial nisso... eu vejo homens, brancos, falando besteira em sala de aula e eles se sentem super confortáveis (BEYOCÉ)

A excelência do ensino, pretendida pelo regulamento da Faculdade de Direito não é percebida pelas estudantes negras da FD/UnB. Percebemos apenas uma matriz curricular branca que reforça ainda mais os sistemas de dominação presente na sociedade brasileira¹¹. Para outro estudante, autodenominado Frank, a faculdade não se estruturou para receber estudantes negros. Ele conta do desconforto em estar inserido em um ambiente onde a maioria dos alunos e professores é branca e onde a base curricular é branca.

Evidencia-se que o não reconhecimento da antinegitude na base pedagógica acaba por negar a existência do racismo que está presente no curso e na sociedade em si. Em nenhum momento o Regulamento do Curso de Direito se posiciona quanto à diversidade racial, este silêncio diz muito, pois reforça os mitos da democracia racial, tratando a todos como meros estudantes, sem reconhecer as circunstâncias que giram em torno da população negra.

Percebe-se, portanto, que é necessário haver mudanças estruturais no curso de direito para que sejam inseridas práticas antirracistas no seu regulamento, havendo real preocupação com a vivência de estudantes negras.

1.2 - Apagamento do Pensamento Negro no Campo Jurídico

Além do racismo internalizado pela Faculdade de Direito, também há por parte da instituição um apagamento da cientificidade negra. A Lei nº 10.639/2003 acresce artigos nas diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa lei veio de uma conquista do movimento negro que luta por equidade na educação, por um espaço acadêmico plural e representativo.

¹¹ Inara Flora Cipriano Firmino, no texto “Epistemologia Feminista Negra: Um Olhar Interseccional Sobre o Encarceramento De Mulheres Negras”, apresenta-nos o conceito de matriz de dominação de Patrícia Hill Collins. A autora contextualiza os termos interseccionalidade e matriz de dominação. Enquanto o primeiro diz respeito às maneiras de opressão interseccional, como raça, gênero, classe, entre outras, que expressam o fato das opressões não serem um tipo fundamental, agindo em parceria com as injustiças; o segundo se refere à forma como as opressões interseccionais são organizadas - essas intersecções conjuntamente formam a matriz, não sendo possível dispor qual predomina. (FIRMINO, 2019)

A história da educação brasileira sempre “canonizou” homens brancos como principais pensadores e detentores do saber, inferiorizando as conquistas da população negra e seu intelecto, passando a imagem de um povo passivo e que não contribuiu para formação do Estado. A agência negra, então, posiciona-se em busca de mudança, mobilizando outras narrativas da história nacional, especialmente narrativas contadas a partir da matriz cultural negra.

O art. 26-A da Lei nº 10.639/2003 estabelece o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Porém, não é nítido o reflexo dessa lei no atual Regulamento da FD/UnB, mesmo a normativa sendo destinada ao ensino básico não se percebe a continuidade para o estudante que adentra o curso de Direito da Universidade de Brasília.

O descumprimento dessa legislação, que tem fundamento materialmente constitucional, ou seja, é norma infraconstitucional, resguarda um direito. Uma leitura jurídica adequada com os compromissos constitucionais, especialmente da dimensão antirracista do texto, precisa ser enraizado por toda a ordem jurídica, por obvio devendo ser aplicado na FD/UnB.

Entretanto, atualmente no curso não há nenhuma matéria obrigatória que debata centralmente o racismo nas relações jurídicas. O estudante negro que cursa Direito na UnB tem que seguir um currículo que não apresenta autores negros em sua bibliografia, não debate o racismo e fecha os olhos para os feitos positivos do povo negro na formação do Direito.

O artigo 1º, inciso V, do Regulamento Interno da FD/UnB, coloca como responsabilidade da faculdade a “promoção das relações entre Direito e demais saberes científicos, sociais e culturais com vistas a ampliar o diálogo interdisciplinar”. No entanto, na prática, a cultura afro-brasileira é deixada de lado, o ensino se resume ao da matriz cultural branca, as bibliografias escolhidas são de homens brancos e tentar exigir um pensamento diferente do imposto é motivo de desconforto por parte dos docentes que seguem apenas o “clássico”. O ideário de clássico é uma outra discursividade que procura abafar o racismo na formação didático-científica, especialmente no ensino e na pesquisa, portanto, legitima uma certa normalidade em estudar específicos autores brancos, já que são tratados como “fundamentais”. Dessa forma, o regulamento não traduz em nenhum momento a produção acadêmica diversa, apagando a população negra.

No grupo focal, também foi possível perceber que a não representação afeta negativamente a saúde mental de estudantes negros, como narra Frank:

Desde o começo do curso, eu não li nenhum autor negro renomado para

estudar direito público, direito constitucional, administrativo. Eu percebo muito nisso, porque mais do que a questão social e a questão da branquitude de expor, digamos, esse padrão de vida melhor [...] é o aspecto de você não se sentir representado no que você estuda [...]. Mas basicamente todos os textos que você estuda são de autores brancos, de classe média alta, com sobrenomes europeus, que escrevem coisas que não são nem um pouco pertinentes na minha vida, que não tem relevância para mim, pelo menos na carreira que eu quero seguir. (FRANK)

Além dos intelectuais negros que são deixados de lado, o corpo docente é esmagadoramente branco. Na dissertação “Professora, que bom que você tá aqui’: trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas”, de Yuri Santos de Brito, é trazido o atual contexto do quadro de docentes da Universidade de Brasília. Por meio de heteroidentificação, a partir de fotos de profissionais e acadêmicos da Universidade de Brasília, Brito identifica que o corpo docente é majoritariamente branco, sendo, aproximadamente, 85% (BRITO, 2019).

Não ser representado em sala de aula é frustrante. Como uma universidade pioneira no sistema de reserva de vagas para candidatos negros não possui em seu corpo docente um número significativo de pessoas negras? Como não é elaborado um projeto pedagógico que busque tematizar as relações raciais no campo jurídico? Nesse aspecto, evidencia-se a indiferença em acolher estudantes negros, levando estes alunos a terem que se adaptar ao modelo imposto pela branquitude.

O mecanismo instaurado pela lei de cotas raciais em concurso público (Lei nº 12.990/2014), embora seja apto a enfrentar este aspecto da representatividade, encontra entraves dispostos na sua própria regulamentação, pois muitas vezes os concursos possuem menos de três vagas, impossibilitam a aplicação da lei. Em pesquisa desenvolvida por Mello (et al., 2019) informa que entre 2014 e 2018 das 263 vagas ofertadas em certames públicos, apenas 3 foram reservadas para cotas raciais, a justificativa segundo os pesquisadores decorre das gestão administrativa que na prática os editais oferecem apenas uma única vaga.

Nos testemunhos recolhidos, percebe-se que estudantes negras se cobram muito mais por não se sentirem pertencentes à comunidade acadêmica. Nós somos julgadas por qualquer erro e, na visão dos outros, errar é apenas o esperado de quem carrega a pele negra. Além disso, as matérias obrigatórias que deveriam abordar aspectos raciais, não abordam ou apenas reforçam discursos preconceituosos que transmitem a ideia de submissão do negro, como por exemplo, em Direito Penal que não se leva em consideração a marginalização do homem negro na sociedade.

A formação e aprimoramento do jurista, que é colocado como objetivo no 1º artigo do Regimento Interno, são descumpridos, pois não há na estrutura da faculdade meios pelos quais a estudante negra desenvolva sua autonomia para não ficar apenas na matriz curricular branca.

A formação para o negro se torna desgastante, na medida em que a violência apaga a identidade. Assim, percebe-se uma órbita ignorada pela cultura jurídica branca presente na FD/UnB. Formam-se bacharéis sob uma ótica de “excelência” que não leva em consideração aspectos raciais, culturais e sociais, levando em conta apenas um direito hegemonizado por uma matriz branca, que apaga e silencia a cultura jurídica negra. O regulamento acaba “incluindo os modos de cognição da sociabilidade, que requerem e reproduzem a exclusão negra” (VARGAS, 2017, p.85).

Agora temos em tramitação na Faculdade de Direito um Novo Projeto Pedagógico que propõe, no seu artigo 3º, a criação de matérias optativas da Área de Concentração que abordarão temas raciais. Esta preocupação em promover disciplinas com tal temática evidencia a observância da legislação 10.639/2003, sendo a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas e produções que posicionam o racismo no centro dos problemas jurídicos.

ART. 3º - O curso incluirá as seguintes disciplinas - II - Optativas da Área de Concentração (AC): Direito e Racismo (criação); Criminologia e Racismo (criação); Feminismos Negros e Direitos Humanos (criação).

Esse novo projeto pedagógico destaca conquistas da agência negra da FD/UnB, aumentando o número de matérias destinadas a alunos negros. Atualmente, há apenas uma disciplina ofertada que tematiza Direito e Relações Raciais, no entanto essa disciplina não é obrigatória, sendo optativa na modalidade de Atualização de Prática do Direito. Essa disciplina é conduzida por professores voluntários, percebendo que há a ideia de provisoriedade e o não comprometimento da FD/UnB com a garantia de continuidade da matéria. Dessa forma, uma ação fundamental da instituição seria prover vagas por meio de concurso público para a temática Direito e Relações Raciais.

Nessa linha, percebe-se que o novo regulamento estabelece princípios norteadores para a formação acadêmica. Alguns desses princípios são visíveis no corpo do texto, ao analisar as novas disciplinas que serão ofertadas, trazendo temas raciais.

No entanto, autonomia, protagonismo discente no processo formativo e utilização de múltiplas abordagens teórico-metodológicas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que são objetivos basilares do novo regulamento, não ficam evidentes na prática, mesmo constando

no parágrafo 1º do artigo 3º. Isso porque nas áreas de pesquisa e extensão não é especificado nenhum tema sobre questões raciais, apenas dispondo a quantidade de créditos a serem cursados. Dessa maneira, o projeto apenas se silencia quanto aos temas dos projetos, diminuindo a autonomia e protagonismo negro, já que se mostra evidente uma matriz jurídica branca predominante nas cadeias curriculares do curso de direito.

No mais, a autonomia de alunos negros é limitada, podendo cursar apenas três disciplinas optativas da área de concentração que tem enfoque em raça; escolher matérias optativas do domínio conexo que traz como temática assuntos raciais, muitas delas havendo pré-requisitos que dificultam a matrícula, por conta de o curso já ter carga obrigatória de 3.840 horas; e participar, quando ofertado, de projeto de pesquisa e extensão que abordem temas raciais.

O novo Projeto Pedagógico também falha em não definir nenhuma matéria que possua teor de combate ao racismo como obrigatória, essa medida é necessária, não podendo ser apenas disciplinas optativas.

Por fim, os estudantes negros reclamam de não haver espaço para eles na pesquisa e na extensão, pois não existe um grupo específico de extensão que aborde temas raciais, tratando apenas de temas que não condizem, muitas vezes, com a experiência negra. Na pesquisa, os estudantes contam que se sentem mais à vontade. Isso se dá pelo fato de haver o Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro que elabora diversos trabalhos científicos que levam em consideração questões raciais e de combate ao racismo, sendo este núcleo a principal agência negra presente na Faculdade de Direito.

1.3. A Agência Negra Na Construção de uma Agenda Teórico-Política

O Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro¹² é um grupo de pesquisa formado em sua maioria por estudantes negros. Por iniciativa de alunos da pós-graduação em Direito, este núcleo se tornou um abrigo teórico-político para estudantes negros não só da FD/UnB, mas de diversos outros cursos. Esse grupo tem se mostrado de suma importância para promover estudos, pesquisas, debates, seminários, ações sobre temas relevantes para o campo do direito e das relações raciais. O Maré estruturou também uma

¹²Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cultura Jurídica e Atlântico Negro é um grupo vinculado ao Centro de Estudos sobre Discriminação e Desigualdade da Faculdade de Direito da UnB. Fazendo parte da estrutura universitária, o Núcleo busca contemplar em suas atividades os três eixos da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

disciplina optativa *denominada* Direito e Relações Raciais, ofertada semestralmente.

Tive a oportunidade de participar das aulas do semestre 2/2019¹³, a disciplina tem uma metodologia totalmente diferente da maioria das matérias que já cursei no decorrer da graduação. Os professores conseguem desenvolver aulas com didática e técnicas pedagógicas que mobilizam a participação das estudantes, trabalhando temas muito pertinentes para restabelecer uma identidade negra. Esse reestabelecimento se dá por conta das práticas educacionais formuladas pelos docentes que possibilitam o reconhecimento da atuação do povo negro na formação da sociedade brasileira, trazendo também teorias sobre o combate ao racismo e práticas racistas que estão normalizadas, sendo às vezes apenas reproduzidas. A disciplina é uma forma de disputar uma matriz jurídica negra.

As aulas tornam as estudantes cientes dos impactos do racismo e constrói, a partir das diversas experiências da população negra, mecanismos de enfrentamento ao racismo. É formado também um ambiente de acolhimento que as estudantes negras se reconhecem, diferente das demais aulas ministradas na FD/UnB, pois são diversas as atividades que a disciplina oferece que privilegiam as experiências negras, sejam as leituras de autoras negras, sejam as atividades exigidas, sejam as técnicas pedagógicas, sejam as formas de avaliação.

A todo momento, alunos negros se identificam com as histórias um dos outros, uma identificação que não ocorreria nas disciplinas predominantemente brancas. As aulas sempre começam com uma confraternização, em que é perguntado a cada aluno como ele está e a saúde mental é priorizada ao máximo, desenvolvendo uma educação emancipadora que reforça a ideia de que todos são capazes de aprender, como é ensinado por bell hooks. Há uma troca de conhecimento ímpar entre alunos e professores.

A minha experiência com a disciplina foi enriquecedora. Em meu primeiro dia de aula, pude refletir e decidir sobre esse tema de monografia. No dia, quem estava ministrando a aula era a convidada Maíra de Deus Brito que elucidou as diversas formas de apagamento da cultura negra na sociedade brasileira. Por meio de Maíra, obtive o contato do Professor Rodrigo Portela, membro pesquisador do Maré, que prontamente aceitou ser meu orientador e pude sentir o afeto que agência negra tem pelos seus. No mais, a cada aula fui aprendendo sobre a cultura e cientificidade negra e a bibliografia da disciplina auxiliou muito meu trabalho monográfico e a me encontrar como pessoa negra.

¹³As aulas foram ministradas pelos professores e pesquisadores do Maré Emilia Joana Viana de Oliveira, Iago Masciel Vanderlei e Laysi da Silva Zacarias.

1.4. Ligando os Pontos

Por fim, destacam-se os pontos através dos quais se percebe o racismo presente na cultura jurídica branca e que impactam os estudantes negros da FD/UnB: a) o regulamento do curso de direito silencia a diversidade racial presente, não se preocupando em incorporar práticas antirracistas e não é reconhecendo a centralidade da antinegitude; b) os professores da FD/UnB reproduzem a matriz jurídica que nega a autonomia das pessoas negras e suas vozes são abafadas; c) não é suficiente o número de professores negros que fazem parte do quadro da instituição, impossibilitando a representatividade; d) entre os estudantes da FD/UnB a maioria é branca, sendo o sistema da universidade desenvolvido para a branquitude; e) há o apagamento do pensamento negro no campo jurídico; f) A Lei n. 10.639/2003 é descumprida, não havendo nenhuma matéria obrigatória sobre História e Cultura Afro-Brasileira ou que debata o racismo; g) a matriz jurídica branca presente na política da Faculdade silencia os alunos e a contribuição intelectual de negros e fomenta o sentimento de não pertencimento dos estudantes.

Em resposta a tais práticas racistas, o movimento negro lutou por ações antirracistas, sendo elas: a) a implementação de um Novo Projeto Pedagógico, buscando novas narrativas no Direito, inserindo novas matérias com temas raciais, desenvolvendo uma matriz jurídica negra que cumpra a Lei n. 10.639/2003; b) desenvolveu o Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré, principal agência negra presente na FD/UnB; c) inseriu no atual Projeto Pedagógico a disciplina Direito e Relações Raciais.

CAPÍTULO II – EIXO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo a análise de normas de assistência estudantil no âmbito da Universidade de Brasília e do impacto socioeconômico que elas possuem para estudantes negras da Faculdade de Direito. Dessa forma, a pesquisa foi conduzida com base no mapeamento institucional das normas pertencentes ao eixo, sendo elas: os Decretos nº 7.234/2010 e 7.416/2010; as Resoluções da Reitoria nº 21/2011, 138/2012, 109/2013 e 4/2016; as Resoluções do Conselho de Administração nº 6/2008, 12/2014 e 60/2017 e o Ato da Diretoria de Desenvolvimento Social nº 2/2019.

Também ocorreu um convite por meio de e-mail, acompanhado dos Termos de Confidencialidade e de Consentimento Livre e Esclarecido, para estudantes negras da Faculdade de Direito, no intuito de participarem de Grupo Focal colhedor de testemunhos. Dessa maneira, o grupo foi conduzido pelas seguintes questões geradoras: 1 – Quem trabalha ou trabalhou durante a graduação, excluindo estágio não remunerado?; 2 – Como as condições socioeconômicas interferem na experiência de ser estudante negro da Faculdade de Direito? 3 – Qual a avaliação da atuação institucional da Faculdade de Direito na permanência e nas condições materiais das estudantes?

Além das questões geradoras, foi apresentado ao grupo um compilado de reportagens que dizem respeito ao atual cenário de cortes e bloqueios orçamentários para a educação, sendo assim, os testemunhos consideraram a presente conjuntura política. Por fim, a revisão de literatura auxiliou na percepção e análise dos impactos da assistência estudantil nas vidas de estudantes negras da Faculdade de Direito da UnB.

2.1. Racismo Institucional na Assistência Estudantil

A assistência estudantil é um dos principais meios que possibilitam a permanência de estudantes no ensino superior. Percebe-se que, mesmo auxiliando na diminuição das taxas de evasão, ela ainda não enraizou práticas antirracistas. O mapeamento institucional que estrutura este eixo tem previsão legal no Programa de Assistência da Universidade de Brasília, que é regulamentado pelos Decretos nº 7.234/2010 e 7.416/2010, pelas Resoluções da Reitoria nº 21/2011, 138/2012, 109/2013 e 4/2016, pelas Resoluções do Conselho de Administração nº 6/2008, 12/2014 e 60/2017 e pelo Ato da Diretoria de Desenvolvimento Social nº 2/2019.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234/2010) tem

como objetivo o aumento das condições de permanência de jovens na educação superior pública federal. Objetiva-se, também, a democratização das condições dos jovens na educação superior federal, a diminuição dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e no ensino, a redução da evasão e retenção e a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2019).

Dessa maneira, o Programa cria ações destinadas ao cumprimento dos objetivos traçados, a partir das seguintes medidas a serem desenvolvidas:

I - moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2019a)

Assim, desenvolver o Programa é de responsabilidade de cada instituição federal, devendo esta estabelecer os critérios para seleção dos beneficiados. O público-alvo do programa são estudantes oriundas do ensino público básico ou com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo (BRASIL, 2019).

Atualmente, a UnB seleciona as estudantes beneficiadas por meio de Edital de Avaliação Socioeconômica, publicado semestralmente pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). É de competência da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) o planejamento, implantação, operacionalização e monitoramento dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na UnB.

A Assistência Estudantil da Graduação da Universidade de Brasília possui os seguintes programas: Bolsa Alimentação no Restaurante Universitário, dessa maneira, o estudante beneficiado possui três refeições (café da manhã, almoço e jantar) no Restaurante Universitário; Auxílio Moradia; vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU); Auxílio Transporte; Auxílio Socioeconômico e Auxílio Creche.

Há um Auxílio Emergencial, regulado pela Resolução da Reitoria nº 109/2013, no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Este auxílio é destinado a alunos da graduação que necessitem emergencialmente, por conta de situações inesperadas e momentâneas, de ajuda para permanecer na universidade. A DDS também trabalha em parceria com o Projeto de Extensão Permanente UnB Idiomas, concedendo uma vaga por turma nos cursos de línguas oferecidos com isenção de mensalidade. O estudante participante de qualquer um dos programas assistenciais, terá direito a 5 (cinco) vales livros por semestre que

proporciona 60% de desconto em livros da Editora UnB.

O Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília concede aos alunos beneficiados uma bolsa mensal no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Na última seleção, dos 1.059 estudantes inscritos e enquadrados como perfil de vulnerabilidade socioeconômica, apenas 350 foram selecionados para participar do programa¹⁴. Essa situação se repete a cada ano, cumprir os requisitos necessários para participação do programa não é suficiente e a quantidade de bolsas ofertadas não é adequada.

No mapeamento institucional não identifiquei critério racial estabelecido pelo Programa. Sabe-se, segundo dados do IBGE, que a população negra é a que mais sofre com a extrema pobreza. As desigualdades sociais por cor ou raça não são levadas em consideração pelos editais, mesmo que 75% dos 13,5 milhões de brasileiros que vivam em extrema pobreza sejam negros (pretos ou pardos).¹⁵

Em pesquisa realizada por Amanda Veloso Barbosa, *Sobreviver e/ou me graduar: os limites do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de suas beneficiárias*, em 2014, foi constatado que 71,43% dos estudantes participantes do Programa são negros. A desigualdade social ocasionada por conta da cor de pele se mostra nítida nestas estatísticas. Em resumo, os estudantes que mais necessitam do auxílio socioeconômico, são os estudantes negros.

Outro dado trazido por Barbosa (2014), é o de que 80% dos beneficiados do programa cursaram o ensino médio em escolas públicas, mostrando que a maioria dos estudantes do programa são negros e de escola pública¹⁶. Para estudantes negras, se manter na Universidade de Brasília com esse perfil é mais complexo do que para alunos brancos. Como Barbosa (2015) evidencia, muitos desses estudantes negros, pobres e que tiveram um ensino deficitário ainda tem que trabalhar enquanto estudam na UnB.

O apagamento da categoria raça na formulação da política de permanência é preocupante. Sabe-se que no Brasil a distribuição de renda está diretamente relacionada à raça. Como destaca João Costa Vargas em *Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural*, há no Brasil uma política institucional de antinegritude. Na

¹⁴ Resultado Final do Edital n. 01 – 2º/2019.

¹⁵ VALOR, Bruno Villas Bôas. “IBGE: Dos 13,5 milhões vivendo em extrema pobreza, 75% são pretos ou pardos”. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/13/ibge-dos-135-milhoes-vivendo-em-extrema-pobreza-75percent-sao-pretos-ou-pardos.ghtml>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

¹⁶ BARBOSA, Amanda Veloso. *Sobreviver e/ou me graduar os limites do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de seus/suas beneficiários/as*. 2015. xiii, 105 f., il. Dissertação (Mestrado em Ed.)

Universidade de Brasília não é diferente, esta barreira criada está relacionada ao sistema racista que não se compromete com práticas antirracistas. Vargas (2017) alerta para esta questão ao pontuar que a sociedade brasileira estabelece um mundo de igualdade formal, porém, essa igualdade exclui pessoas negras e tenta silenciar os aspectos estruturais da desigualdade.

Percebe-se que a política de permanência estudantil não leva em consideração uma mudança estrutural que de fato altere as questões sociais. Sem a distinção racial não é possível haver reparação para população negra, que faz parte de um grupo com vulnerabilidade específica.

O valor concedido pela Universidade por meio do Programa Auxílio Socioeconômico não é atualizado há bastante tempo. Desde que recebo a bolsa (2015), nenhum aumento foi concedido. Outro empecilho está no fato do curso de Direito exigir uma dedicação constante.

Os estudantes que participam dos programas não moram perto da universidade, tendo que se deslocar da periferia de Brasília todos os dias para o Plano Piloto. Pela distância, os alunos acabam passando o dia todo na UnB. Sou morador da Ceilândia, para chegar à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília demoro cerca de 1h30. Na maioria dos semestres, para cumprir com o necessário de créditos exigidos, tive que ter a rotina de acordar às 5h30 da manhã para assistir as aulas das 8h, chegando em casa às 00h, pois também tinha que assistir aulas das 20h50.

A rotina cansativa do estudante negro, morador da periferia, interfere na sua permanência na Universidade. Ter que passar todo dia na UnB exige gastos em relação à alimentação que não é disponibilizada pela Universidade de Brasília. A Resolução da Reitoria nº 138/2012 estabelece as normas gerais para o Programa Bolsa Alimentação, o estudante que participar do programa terá direito a três refeições diárias (café da manhã, almoço e janta), o que a resolução denomina como alimentação básica. O Restaurante Universitário (RU) é o responsável por prestar atendimento aos estudantes inseridos no programa.

Dessa forma, o estudante auxiliado que passa 12h ou mais na Universidade terá que adquirir uma alimentação extra ou se contentar em ter a alimentação reduzida a três refeições. Para adquirir a alimentação que não se limite ao básico, o aluno que também recebe a bolsa referente ao Auxílio Socioeconômico, irá ter que dividir o valor de R\$ 465,00 entre material escolar, literatura, comida, vestimenta e demais necessidades.

Para cumprir a carga horária semestral de créditos exigidos no curso de Direito, os estudantes acabam tendo uma grade horária densa, impossibilitando uma conciliação entre estudo e trabalho. Como Amanda Barroso (2015) destaca “a luta pela sobrevivência não permite

que os discentes se insiram em estágio, PIBIC, PIBID e outros projetos”. (BARROSO, 2015, p.77). Amanda Barroso elabora um gráfico que quantifica que apenas 2,0% dos estudantes da assistência, em 2014, possuíam estágios remunerados.

Também foi relevante questionar se esses estudantes realizam outras atividades para aumentar sua fonte de renda, que não sejam o recebimento de auxílios, bolsas e estágios. Cerca de 71% responderam que não realizam e 29% realizam e, deste percentual, 65% acreditam que a conciliação entre estudos e outras atividades que aumentam sua fonte de renda prejudica a sua formação acadêmica. A desigualdade econômica é sim agravante e interfere na permanência com qualidade do estudante na Universidade. (BARROSO, 2015, p.77)

Em específico no curso de Direito, os estudantes apontam que a vulnerabilidade socioeconômica afeta até mesmo nas oportunidades de estágio. Exemplifica-se esse contexto, com o fato de muitos escritórios que oferecem vagas de estágio estarem em lugares de difícil acesso por meio do transporte público, como nas regiões administrativas Lago Sul e Lago Norte. Pelas exigências feitas na maioria dos processos seletivos, colocando como pré-requisito que os estagiários possuam carro próprio, fluência em línguas estrangeiras, carteirinha de estagiário da OAB e outras exigências que necessitam de poder aquisitivo para cumpri-los.

Só a questão de um terno, um conjunto, é R\$ 350,00 reais. Eu antes de entrar no estágio não tinha dinheiro, vinha pra UnB com meu passe estudantil e o dinheiro do RU ... o sapato que eu uso ... eu comprei ele mês passado. Eu não tenho camisa social, sapato social. Agora eu acho que vou ter condições de comprar, mas assim, dois anos e meio depois que entrei no curso. (ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Além disso, transporte e moradia também são demandas dos estudantes negros da FD/UnB. A Prefeitura da Universidade de Brasília (PRC) é responsável por proporcionar transporte gratuito no intuito de ligar os quatro *campus* da Universidade¹⁷. O denominado *intercampi* possui horários limitados e viabiliza somente a mobilidade entre os *campus*, acaba não abrangendo todas as regiões administrativas. Em 2018, os horários das linhas foram diminuídos, pois, segundo informe da fundação este seria o fluxo ideal, levando em consideração os últimos semestres, o que dificultou ainda mais a locomoção dos estudantes que utilizam esse meio de transporte. O novo itinerário possui poucos horários, como pode ser

¹⁷PREFEITURA DA UnB. Horário dos Transportes. Disponível em: <http://www.prc.unb.br/index.php/horarios-transportes>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

constatado pela tabela publicada no site da Universidade de Brasília:

HORÁRIO	ORIGEM	DESTINO
7h	Ceilândia	Darcy Ribeiro
12h30	Ceilândia	Darcy Ribeiro
12h30	Darcy Ribeiro	Ceilândia
18h	Darcy Ribeiro	Ceilândia
7h	Gama	Darcy Ribeiro
12h30	Gama	Darcy Ribeiro
12h30	Darcy Ribeiro	Gama
18h	Darcy Ribeiro	Gama
6h30	Planaltina	Darcy Ribeiro
13h	Planaltina	Darcy Ribeiro
19h	Planaltina	Darcy Ribeiro
22h40	Planaltina	Darcy Ribeiro
7h	Darcy Ribeiro	Planaltina
12h	Darcy Ribeiro	Planaltina
18h	Darcy Ribeiro	Planaltina
22h40	Darcy Ribeiro	Planaltina

Arquivo UnB: Imagem retirada do informe: Transporte intercampi tem mudanças neste semestre¹⁸

Esse meio de transporte ainda é limitado em quantidade de vagas. Utilizo o intercampi desde 2015 e, para conseguir um lugar na linha Faculdade de Ceilândia – Darcy Ribeiro, é necessário chegar, ao mais tardar, com 40 minutos de antecedência ao local de partida, pois geralmente o ônibus disponibilizado possui a média de 44 lugares. Assinei diversas solicitações mobilizadas por alunos no decorrer de minha graduação que visavam o aumento das vagas disponibilizadas ao transporte gratuito oferecido pela UnB, no entanto, nenhuma delas foi atendida. Ao contrário do solicitado, como podemos perceber, a UnB reduziu o itinerário, cortando horários como os de 13h e 16h, Darcy Ribeiro – Faculdade de Ceilândia.

Os estudantes que não conseguem acesso ao transporte oferecido pela universidade, seja por conta das vagas disponibilizadas, por não compreender sua região administrativa ou pelos horários escassos, terão que utilizar o precário e custoso transporte público do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal concede a estudantes transporte público gratuito (Lei nº 4.462/2010), por meio do Passe Livre Estudantil.¹⁹ No entanto, o sistema burocrático impede a imediata aquisição do benefício: o estudante aguarda um período até que seja impresso seu cartão e ele consiga usar. Quando entrei na Universidade de Brasília passei um longo período tendo que pagar uma tarifa diária de passagem, mesmo sem condições. Em alguns dias ficava

¹⁸ UnB NOTÍCIAS. Transporte intercampi tem mudanças neste semestre. Disponível em: <https://noticias.unb.br/69-informe/2416-transporte-intercampi-tem-mudancas-neste-semester>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

¹⁹ BRB MOBILIDADE. Estudante. Disponível em: <https://mobilidade.brb.com.br/passelivre/estudante/index.xhtml?jsessionid=BF223B5A47E6149CB78B765A6B9BE041>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

impossibilitado de comparecer às aulas por não ter o dinheiro da passagem.

No que diz respeito à moradia, o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) em parceria com a Prefeitura do Campus (DRC), oferece um programa assistencial regulado pela Resolução do Conselho Administrativo nº 6/2008. O art. 1º estabelece que o programa proporcione ao estudante uma vaga na Casa do Estudante (CEU). A Casa do Estudante fica localizada no Campus Darcy Ribeiro, próxima ao Centro Olímpico da Universidade de Brasília.

O art. 29 da Resolução nº 6/2008, determina que a classificação será feita pela formação de três grupos, levando em consideração a ordem de prioridade. Os grupos são divididos da seguinte forma: Baixa Renda I - que apresentam condições insuficientes para permanência na Universidade de Brasília; Baixa Renda II – estudantes classificados com pouca suficiência para permanecer na universidade; e Não Prioritários – estudantes que possuem condições para permanecer e, por consequência, não poderão participar do programa. Outro critério que prioriza as vagas é o fato de o núcleo familiar não possuir residência fixa no Distrito Federal.

Os últimos editais de avaliação socioeconômica oferecem pecúnia no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) para custear parcialmente os custos com aluguel de moradia mais próxima da Universidade de Brasília (Edital de Avaliação Socioeconômica 1º/2019). Os últimos resultados dos editais evidenciam que nem todos os candidatos que possuem perfis socioeconômicos vulneráveis poderão participar do Programa Moradia Estudantil. Exemplifica-se tal situação com o Resultado Final no Edital nº 1 – 1º/2019: dos 198 estudantes com o perfil para participar dos programas, apenas 109 foram selecionados.

O programa Auxílio Creche é mais uma medida assistencial que a Universidade de Brasília oferece para os discentes. Ele consiste em fornecer auxílio econômico aos estudantes que apresentem vulnerabilidade socioeconômica e sejam responsáveis legais de crianças de 0 a 4 anos; as crianças devem necessariamente residir com os estudantes responsáveis²⁰. No Auxílio Creche a situação se repete, os últimos resultados dos editais demonstram que nem todos discentes com perfil para participar do programa conseguem de fato: dos 24 candidatos com perfil socioeconômico, apenas 10 foram contemplados²¹.

Conclui-se que a desigualdade social afeta na permanência dos estudantes negros da

²⁰ DAC/DDS. Programa Auxílio Creche. Disponível em: <http://www.dds.dac.unb.br/index.php/creche>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

²¹ DAC/DDS. Resultado Final Do Edital Nº 1 - 1º/2019 - Avaliação Socioeconômica Para Acesso Aos Programas De Assistência Estudantil Da Graduação. Disponível em: http://www.dds.dac.unb.br/images/Editais/2019/Resultado_Final_1_2019_PACreche.pdf. Acesso em: 30 de nov. 2019.

Universidade de Brasília. Waldir Quadros evidencia, em seu artigo *Gênero e Raça na Desigualdade Social Brasileira Recente*, que na sociedade brasileira fomentou-se uma hierarquia definida por conta da raça e do gênero. O homem branco ocupa o topo da cadeia hierárquica, seguido pela mulher branca, pelo homem negro e pela mulher negra²².

Fica evidente, com os dados elaborados pela pesquisadora Amanda Veloso Barbosa, que os programas de permanência da Universidade de Brasília acabam sendo destinados a estudantes negros, pobres e que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública: 71,43% dos estudantes beneficiados pelo programa Auxílio Permanência são negros. Este elevado percentual evidencia a fragilidade socioeconômica dos discentes negros inseridos no ensino superior. Quando há qualquer ameaça de extinção dos auxílios, os negros são os que mais sofrem.

A Universidade de Brasília possui um rol de programas assistenciais que contribuem para a permanência e diminuem a evasão. No entanto, não possibilitam uma conclusão de curso com qualidade. Os processos seletivos não levam em consideração nenhum critério racial, não reconhecendo a centralidade da antinegritude presente na sociedade. Além de burocráticos, os programas não suprem as demandas de todos os estudantes em situação de vulnerabilidade.

A verba direcionada limita a concessão de bolsa permanência, de moradia, de transporte, auxílio creche e demais programas. Isso fica evidente nos resultados dos editais, mesmo o estudante possuindo todos os requisitos para participação dos programas, poderá não ser beneficiado por causa do limite de vagas.

2.2. Os Impactos Socioeconômicos na Presença Negra da FD/UnB

Dentro da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília é possível apontar os impactos que o racismo institucional do sistema de permanência causa às estudantes negras. O retrato que evidencia que a estrutura não está apta a lidar com as particularidades destas discentes foi constado no recolhimento de testemunhos.

Primeiramente, um preocupante apontamento feito pelas testemunhas foi o fato de não ser informado para as estudantes que adentram o curso de Direito da Universidade sobre os programas assistenciais oferecidos pela instituição. As estudantes contam que por parte da

²² QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. *Estud. av.* vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100010. Acesso em: 30 de nov. 2019.

Faculdade de Direito nunca houve a comunicação de abertura de editais de seleção para os programas de assistência estudantil. Uma ou outra gestão do Centro Acadêmico posta na página do *Facebook* sobre o cronograma de concessão de auxílios, no entanto, ainda não é uma forma efetiva de transmitir o processo seletivo assistencial.

Três das estudantes que participaram do grupo focal relataram que já cursaram outros cursos na instituição e perceberam que na FD/UnB os estudantes não se ajudam ou trocam informações a respeito. Segundo eles, em outros cursos os próprios estudantes alertam sobre os prazos dos editais de assistência e sobre os benefícios ofertados pela fundação.

Assim, a ausência desse tema no dia a dia da FD/UnB, além de demonstrar um aspecto omissivo institucional da faculdade, demonstra também uma cultura interna que rechaça ou que desconhece essas políticas, apontando não só um perfil elitizado da faculdade, mas um contexto hostil para quem precisa desses programas para ser presente na UnB.

Desde que entrei na Universidade de Brasília, em 2015, participo de dois dos programas assistenciais oferecidos pela fundação (Programas Auxílio Socioeconômico e Bolsa Alimentação). Entretanto, o processo burocrático para participação dos programas e a limitação de vagas concedidas desanimam os candidatos a tentarem.

Além da burocracia, há uma excessiva demora no processo que afeta individualmente as estudantes e representa como a Universidade de Brasília encara a política de assistência. Lembro-me que participei da seleção no primeiro semestre de 2015, quando entrei na UnB, mas só fui receber a primeira bolsa em junho. Ora, se é uma ação de política pública para acolher situações de urgência e vulnerabilidade para impedir a evasão, como no primeiro semestre, em que o índice de evasão é alto, a política de permanência pode ser tão demorada? Isso é também institucionalmente expressão do racismo.

A página do DAC/DDS, na *web*, evidencia o quão demorado é a concessão do Auxílio Socioeconômico, tanto que os alunos participantes do Edital 2/2019 irão receber o primeiro pagamento apenas no quinto dia útil do mês de dezembro, final do semestre.²³ Para estudantes que dependem do auxílio para permanência na Universidade, ficar um semestre sem o benefício prejudica drasticamente no rendimento acadêmico.

²³ - DAC/DDS. Informativo. Disponível em: <http://www.dds.dac.unb.br/>. Acesso em: 30 de nov. de 2019.



Arquivo DDS: Imagem retirada do informativo da DDS

Em alguns cursos o aspecto econômico implica fortemente no acesso aos instrumentos ou equipamentos, por exemplo, no campo jurídico a estética da matriz cultural jurídica exige vestimentas de valor alto. Nesse caso, impacta não só por conta dos estágios, mas em quase todas as atividades do curso.

O curso de Direito da Universidade de Brasília exige condições socioeconômicas elevadas. A bibliografia exigida pelos professores muitas vezes não está em plataformas gratuitas, devendo o estudante adquirir manuais, livros e cópias. Para realização das atividades avaliativas é necessário que o estudante possua um computador, que também não é barato. A exigência de possuir uma vestimenta formal é mais um empecilho para conclusão do curso.

Um dos estudantes entrevistados, autodenominado Washington, narra sua trajetória nesse quesito. Ele foi selecionado no 2º semestre de 2019 e uma das primeiras atividades foi uma visita a um tribunal superior. No grupo da turma foi informado que todos deveriam estar arrumados: no Direito, sinônimo de vestir terno e gravata. Por não possuir tal vestimenta e não ter condições de comprar um terno, ele ficou impossibilitado de ir.

As estudantes negras da FD/UnB então buscam outros meios para tentar amenizar suas fragilidades socioeconômicas. Sendo assim, destacam-se as atividades que são procuradas no intuito de subsidiar as necessidades das estudantes, pois os programas assistenciais não dão conta. Sendo elas: a procura de estágios remunerados; a participação em projetos de pesquisa e extensão que proporcionem bolsas; e o mercado informal.

Em toda minha graduação tive que procurar outros meios que pudessem suprir minhas necessidades básicas e as necessidades que o curso de Direito exige. Dessa forma, comecei a estagiar a partir do terceiro semestre e quando não foi possível encontrar estágios acabei

trabalhando informalmente nas dependências da universidade vendendo bolos, por meio dessa atividade que muitas vezes foi desgastante e complicada, pude arcar com as exigências econômicas que são impostas pela formação jurídica.

Há por trás das desigualdades sociais, um complexo sistema preconceituoso, discriminatório, explorador e violento que mantém essa estrutura no Brasil e não seria diferente no contexto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

2.3. Ligando os Pontos

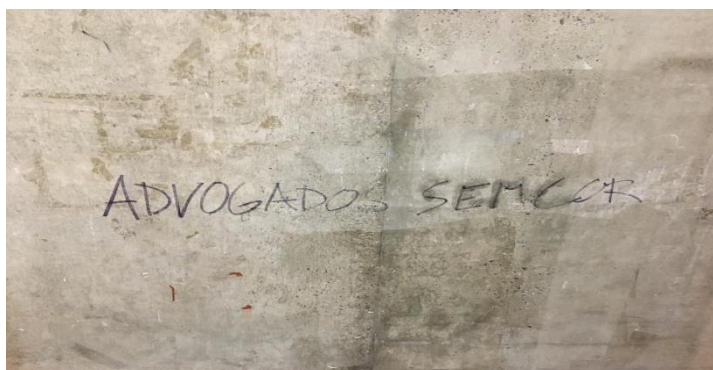
Por fim, na análise do mapeamento institucional da assistência estudantil da UnB, verificou-se as seguintes limitações já apresentadas: a) o programa auxílio socioeconômico não é suficiente para suprir as necessidades básicas que exige o curso de Direito e seu valor nunca foi atualizado, além de haver um processo burocrático que torna demasiadamente lento o seu recebimento; b) as vagas oferecidas para participação nos programas assistenciais não são suficientes para a quantidade de estudantes que necessitam por conta de suas fragilidades socioeconômicas; c) o programa Auxílio Alimentação não proporciona aos estudantes a quantidade de refeições ideais para o tempo que passam na UnB; d) não há nenhuma distinção racial nos critérios de seleção dos programas; e) o transporte, denominado Intercampi, é limitado aos poucos horários e regiões que abrangem e, ainda assim, não há quantidade de vagas suficientes; f) na faculdade de Direito da UnB há uma cultura interna que rechaça ou que desconhece essas políticas, apontando não só um perfil elitizado, mas também um contexto hostil para quem precisa desses programas para ser presente na Universidade.

Conclui-se que as medidas de permanência não são as ideais para as necessidades das estudantes negras da FD/UnB. O racismo institucional na política de assistência, assim como a não definição de critérios raciais, faz com que a população que é mais afetada pelos contextos socioeconômicos seja prejudicada. O não falar, o não se importar e o não transmitir os impactos das condições socioeconômicas na formação acadêmica, no discurso institucional ou no cotidiano da FD/UnB reforça a antinegitude vivida socialmente e fragiliza a política de permanência, formando um espaço hostil para estudantes negros que necessitam dessas ações afirmativas.

CAPÍTULO 3 – EIXO CULTURA E CONVIVÊNCIA

Neste último capítulo, analisarei as circunstâncias que giram em torno da convivência e cultura dentro da Universidade de Brasília, apontando a violência sofrida por estudantes negras dentro do espaço acadêmico, trazendo também algumas ações da agência negra para o combate ao racismo e busca de implantação de uma narrativa negra com práticas antirracistas.

Sendo assim, o grupo focal destinado a colher testemunhos acerca da cultura e convivência foi conduzido pelas seguintes questões geradoras: 1) Vivenciaram atividades promovidas pela Faculdade de Direito da UnB (coordenações – graduação e extensão e direção) que tematizaram o enfrentamento do racismo?; 2) O que significa renomear o auditório da FD/UnB e homenagear Esperança Garcia?; 3) Como o racismo interfere nas relações de convivência da FD? Caso se sintam à vontade, podem relatar; 4) Qual a importância da presença negra na FD? Também foi projetada a imagem a seguir acompanhada das seguintes perguntas: Vocês conhecem essa imagem? O que essa imagem significa para vocês?



Arquivo do autor: Imagem fotografada sob escada localiza na entrada central da Faculdade de Direito da UnB

São inúmeras as situações que dificultam o processo de aprendizagem. Está inserido em um ambiente onde você se sente aceito e pertencente é fundamental para o desenvolvimento do saber. Em 2015, quando ingressei no curso de Direito da Universidade de Brasília, sofri um choque logo no primeiro dia - em minha primeira aula ficou nítido o quão a desigualdade racial estava presente. Na sala de aula era possível contar em uma mão as estudantes negras presentes. Andando pelo prédio da faculdade, a certeza só aumentava, o espaço era branco. As placas nas paredes mostravam turmas de estudantes formados, em que só encontrava pessoas brancas nas fotos. No centro da faculdade havia bustos de homens brancos e, a cada dia que se passava, o sentimento de não pertencimento aumentava: uma instituição gerida por e para pessoas brancas.

Foi possível dimensionar no grupo focal, conduzido pelo itinerário descrito acima, a violência presente no ambiente da Faculdade de Direito da UnB. Os relatos elucidaram como as relações sociais são formadas com base na raça, inclusive demonstrando que, na conjuntura brasileira, raça e classe são duas matrizes de opressão coligadas, em que distribuição econômica é racial.

Os estudantes relatam que as mesmas pessoas que os silenciam em sala de aula são aquelas que ocupam o espaço de convivência do Centro Acadêmico, sendo as estudantes negras forçados a procurar outros espaços fora da Faculdade de Direito para passar seu tempo livre, pois no ambiente predominam piadas racistas, discute-se temas que não dizem respeito ao viver das pessoas negras, apaga-se as narrativas da população negra e predominam representações brancas que impedem as pessoas negras de pertencer de fato ao lugar.

Ao andar pelo edifício, os olhares ferem corpos negros. Os estudantes entrevistados contam que muitas vezes já se sentiram menosprezados pelo olhar, que os faziam pensar se tinha algo errado em seu físico, em suas roupas ou em seu cheiro. Havendo uma constatação de dúvida se o curso de Direito realmente era pra eles, se eles deveriam se submeter a incansáveis constrangimentos para se tornar bacharéis em Direito.

Os atos racistas ultrapassam a sala de aula, as pessoas negras são tratadas como objetos nos ambientes que deveriam ser destinados ao acolhimento das estudantes. No grupo focal esta foi uma narrativa constante, uma estudante negra, autodenominada Glória, denunciou os atos racistas que já sofreu, desde o ingresso no curso. No período de matrícula foi questionada se de fato iria cursar Direito, pois, segundo a atendente, ela não tinha o perfil do curso, tinha mais “cara” de um curso de Histórias ou coisa do tipo. O constantemente menosprezo em relação às pessoas negras é uma tônica na convivência da faculdade, a cor da pele é um dispositivo que aciona diversas imagens negativas capazes de produzir tratamento desigual. Em outro momento, ao ser recepcionada por um veterano, Glória é advertida que deveria ter cuidado com o cabelo, pois tranças não eram admitidas em um estágio.

No espaço do Centro Acadêmico, que tinha suas paredes destinadas a intervenções artísticas ou apenas para registrar nome e semestre de estudantes, também era possível encontrar o símbolo da suástica, fazendo apologia ao nazismo e evidenciando o ódio e a intolerância. Este fato foi simplesmente ignorado pelo Centro Acadêmico da época, que apenas ficou em silêncio, sem promover debates acerca do ocorrido.



Arquivo do autor: Imagem retirada do Grupo do Facebook “Estudantes de Direito da FD/UnB”.

A questão espacial é um dos fatores que gera o não pertencimento de estudantes negras. Lembro-me de meu primeiro semestre: há na Faculdade de Direito da UnB uma tradicional festa de boas-vindas aos calouros, denominada Batizado. Essa recepção acontece geralmente na primeira sexta-feira do semestre, sempre no Plano Piloto, em um horário que o transporte público já não funciona mais. Eu desde pequeno moro na periferia de Brasília, dependendo exclusivamente do transporte público para minha locomoção. Dessa forma, fico condicionado a participar apenas de eventos que ocorram no horário de funcionamento do transporte coletivo, não podendo estar presente em inúmeras confraternizações do curso que ultrapassam o horário ou são realizadas em locais que, por serem extremamente elitizados, não há linhas de ônibus, como o Lago Sul e Norte.

Um dos entrevistados relata que teve que esperar horas na Rodoviária do Plano Piloto depois de sua recepção. O evento acabou pela madrugada, não havendo mais transporte público, o obrigando a pernoitar em um lugar extremamente inseguro e violento até começar a rodar as linhas de ônibus. Este sofrimento é compartilhado pelos demais estudantes negros da Faculdade de Direito, recordo-me de algumas noites que, por vontade de participar desses eventos sociais, tive que dormir na Universidade enquanto os demais estudantes se dirigiam para casa em seus carros. Ser pobre e preto na Faculdade de Direito da UnB impede a socialização e determina grupos.

A atlética, que é uma das principais responsáveis pela interação das estudantes dentro e fora da faculdade, acaba por impedir a participação das pessoas negras, devido aos treinos nos domingos. O Passe Livre Estudantil é um benefício que os alunos devidamente matriculados em instituições de ensino possuem no Distrito Federal, mas não funciona aos domingos, por

não haver aulas. As estudantes que dependem do transporte público para exercer seu direito de ir e vir ficam impossibilitadas de acessar essas atividades extracurriculares, comparecer aos treinos e eventos culturais da faculdade nos domingos e feriados.

Uma das poucas confraternizações da minha turma que pude comparecer foi na casa de um professor, localizada no Lago Sul. Para ir a esta confraternização tive que me organizar previamente e abrir mão de muitas outras coisas essenciais e básicas, pois precisei gastar cerca de R\$ 80,00 (oitenta reais) para ir e voltar, já que não existiam linhas de ônibus para o local. Isso enfatiza novamente o quão difícil é estar inserido no convívio da FD/UnB. A segregação racial, portanto, apresenta uma dimensão espacial, tanto na organização urbana, quanto na convivência e cultura da faculdade que acaba determinando os vínculos de pertencimento ou não ao meio.

João Costa Vargas, no texto *Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e Antagonismo Estrutural*, utiliza mapas elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que evidenciam o *apartheid* no Brasil. É possível constatar quem você irá encontrar em determinados ambientes: as regiões mais nobres, onde os ocupantes possuem renda mais alta, não há pessoas negras, são regiões com educação, infraestrutura, segurança e acesso à saúde em melhores condições, seja do poder público ou privado. Nas regiões onde há uma maioria de pessoas negras, identificam-se ocupantes com as rendas mais baixas, apresentando-se o oposto do cenário anterior com infraestrutura precária, alta vulnerabilidade social, violência policial, índices elevados de homicídios e uma expectativa de vida diminuta. “Podemos dizer então que a segregação residencial antinegra estrutura a distribuição espacial de corpos racializados” (VARGAS, 2017, pág. 88) consiste em uma violência de nível espacial que se destina aos negros, possibilita uma exclusão da nossa população, consequentemente nos condicionando à morte.

A estrutura hegemonizada pela branquitude não é possibilitada na Faculdade de Direito da UnB para negros, seja pelo constante olhar de julgamento que nos afasta do meio social, seja pelos discursos racistas da branquitude que impõem sua identidade sobre a dos demais, nos fazendo duvidar de que merecemos ocupar aquele espaço ou pelos eventos realizados em espaços e horários que impossibilitam o acesso de pessoas negras.

3.1. Ocupação Negra e Esperança

O ano de 2015 foi um marco para a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Por iniciativa de estudante negro que buscavam a implementação de ações afirmativas no âmbito da Pós-Graduação e uma mudança estrutural da própria FD/UnB, que lavasse em conta a narrativa e cientificidade dos sujeitos marginalizados historicamente, a primeira ocupação negra²⁴ foi realizada (COUTINHO, 2015).

Mais do que a inclusão da população negra no acesso aos espaços acadêmicos, queremos uma Universidade que adote, incorpore e se transforme a partir das experiências negras que por ela começaram a transitar com maior intensidade nos últimos anos. Acreditamos, portanto, que é necessário refundar as bases epistemológicas sobre as quais o ensino, a pesquisa e a extensão foram produzidos no Brasil até então. (COUTINHO, 2015, *online*)

Realizada de 19 a 21 de maio de 2015, a Ocupação Negra da Faculdade de Direito – Direito, Epistemologia e Raça, desenvolveu painéis com assuntos variados relacionados aos debates críticos do racismo no Brasil, tais como: “Epistemicídio: qual a cor do universal?”, “Experiências Negras e Universidade” e “Enegrecer o Direito”. (COUTINHO, 2015)

Essa ocupação transpõe o caráter da agência do movimento negro em buscar ações antirracistas; evidencia a demanda de estudantes negros que não estão satisfeitos apenas com o simples “colorir” da faculdade, exigindo e apresentando ações práticas para o combate do racismo, bem como demonstrando que fazemos parte deste espaço, que ocupamos e produzimos no campo jurídico.

Entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro de 2018, O Centro Acadêmico de Direito - CADIR (Gestão Mandacaru), em parceria com o Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro - Maré, realizou a XXII Semana Jurídica da Universidade de Brasília, com a temática Raça, Memória e História Atlântica. A data marcava os 30 anos da “Constituição Cidadã” e os 130 anos da abolição da escravidão¹. Segundo Brito (2019), o ato de encerramento foi marcado por uma colagem adesiva em cima da placa do Auditório Joaquim Nabuco, no adesivo estava escrito *Auditório Esperança Garcia*.

Yuri Brito (2019) conta que Joaquim Nabuco foi um jurista, escritor e político branco, de família rica e pernambucana. Nabuco ganhou fama pela participação no movimento abolicionista, uma historiografia que o posiciona no lugar de protetor dos escravos. O nome do

²⁴ Destaca-se que o recorte temporal acaba focando nas agências negras desse período definido, no entanto, como já destacado essa agência de estudantes negros já é enraizada na UnB e presente na FD/UnB

auditório dava créditos a um homem branco, que, embora abolicionista, apresentava discursos racistas que reforçavam o mito da democracia racial. Este símbolo nacional não nos representava, fazendo com que nós estudantes negros exigíssemos uma ressignificação da história, especialmente sobre a nossa história e que destacasse a experiência negra.

Surge então uma reivindicação da narrativa negra na luta por direitos, privilegiando as nossas agências. Uma contraposição à história racista de submissão e passividade que Nabuco representava nas narrativas da imaginada nação racialmente harmônica. Exatamente um ano após a reivindicação das estudantes negras da FD/UnB, no dia 1º de novembro de 2019, início do mês da consciência negra, o movimento negro teve duas vitórias. O colegiado de professores da FD/UnB aprovou a renomeação do nome do auditório, assim, a partir dessa data, o auditório passou a ser chamado de *Esperança Garcia*. E a mesma ativista foi incluída no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria por deliberação da Câmara dos Deputados.

Esperança Garcia foi reconhecida como a primeira advogada do Estado do Piauí pela OAB-PI no ano de 2017. Mulher negra e escravizada escreveu em 1770 uma petição ao Governador da Província do Piauí, denunciando os maus tratos sofridos e requerendo melhores condições de vida.

Como explica a Carta ao Conselho da UnB, o ato de renomeação do auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília para *Esperança Garcia* faz parte de um processo de reparação histórica, expressando a luta da agência negra pelo direito à memória e à verdade sobre a escravidão no Brasil. Por meio deste ato, foi possível romper com o silenciamento acerca do protagonismo negro para sua libertação, mostrando, também, a contribuição da agência negra para a formação social do Brasil, especialmente por meio do direito.

Resgatar a memória de Esperança Garcia é potência para compreendermos o nosso passado, fortalecermos as estratégias presentes de enfrentamento das estruturas colonialistas, racistas e sexistas e concretizarmos o projeto constitucional brasileiro. O presente pede que permitamos que novas histórias e novos símbolos permeiem nosso imaginário. Esperança Garcia é sujeita construtora de sua própria história e da história brasileira. Sua história é uma narrativa de luta por direitos, por dignidade, por pertencimento. Sua imagem é símbolo de coragem, resistência, direitos humanos e cidadania. (CARTA AO CONSELHO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA SOBRE A RENOMEAÇÃO DO AUDITÓRIO).

Essa renomeação expressa a vontade da Faculdade de Direito, a partir da agência negra nela localizada, em confrontar e alterar o arraigado processo de colonização na formação

universitária. É fundamental haver essa quebra de enredo que sempre deu honras a seletos grupos de homens brancos heróicos e silenciou a intensiva luta do povo negro, que é retratado como submisso e incapaz de produzir conhecimento. Aos estudantes, o ato proporciona representatividade, acolhimento e pertencimento. Quebra-se barreiras racistas e possibilita o conhecimento da história negra que sempre buscou igualdade e vida digna a todos, salientando que o lugar negro é onde ele quiser: na universidade, na política, no direito ou onde bem entender.

Para um dos estudantes entrevistados, autodenominado Washington, a representatividade que a renomeação do auditório traz é muito importante. Ter um espaço de poder que reuni grandes juristas e onde são debatidos assuntos que afetam todo o ordenamento jurídico chamado *Esperança Garcia*, possibilita aos estudantes negros uma identificação e pertencimento. É importante enfatizar que a primeira atividade no auditório, nessa nova conjuntura, foi o lançamento em livro da obra, produzida por Dora Lucia de Lima Bertúlio, *Direito e Relações Raciais: uma introdução crítica ao racismo* (BERTÚLIO, 2019).²⁵

Em uma faculdade que possui salas com nomes de brancos, bustos de homens brancos em seu jardim, haver um lugar que valoriza pessoas negras é, no mínimo, necessário. Pois, não só no meio jurídico, como nos demais setores da sociedade brasileira, a branquitude está bem estabelecida, muitos espaços aparentam ser destinado a pessoas brancas e acaba transmitindo a ideia de que negros não são dignos de ocupar tais lugares. Atualmente, negros são menos de 1% entre advogados de grandes escritórios²⁶; em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em 2018, apenas 18% dos magistrados se autodeclararam negros, desses, apenas 1,6% se consideram pretos²⁷ e esse é o reflexo da sociedade brasileira que cria um abismo entre brancos e negros, discriminando por conta da cor da pele. Essa sociedade racista determina quem irá ocupar os espaços e quem lá será representado, a agência negra, ao renomear essa auditório onde se reúnem grandes intelectuais do direito, demonstra que estamos exigindo uma sociedade mais plural e possibilita identificação e acolhimento às estudantes que fazem parte da Faculdade.

²⁵ Esse lançamento foi um esforço do Maré para publicar e divulgar a obra de Dora Lucia produzida 30 anos atrás com contribuições fundamentais para teoria e prática jurídica ainda moldada pelo racismo.

²⁶ PINHO, Angela e ESTARQUE, Marina. Negros são menos de 1% entre advogados de grandes escritórios, diz pesquisa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/negros-nao-chegam-a-1-entre-advogados-de-grandes-escritorios-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 3 de jan. de 2020.

²⁷ ANDRADE, Juliana. Juízes negros se reúnem para discutir baixa representatividade. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/10/26/interna_cidadesdf,801071/juizes-negros-se-reunem-para-discutir-baixa-representatividade.shtml. Acesso em: 3 de jan. de 2020.

3.2. Centro de Convivência Negra

Outra expressão da agência negra na Universidade de Brasília é o Centro de Pesquisa e Convivência Negra, institucionalmente regulado pelos Atos da Reitoria nº 370/2006, 759/2007, 488/2013 e pelo Regimento Interno do Centro de Pesquisa e Convivência Negra. O centro possui várias funções de apoio as estudantes negras, lida com as questões de diversidade racial e coordena a elaboração e implantação de programas de combate ao racismo e à xenofobia, promovendo igualdade racial no âmbito da Universidade de Brasília.

O Ato da Reitoria nº 370/2006 cria a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Estudantes Negros que se torna a responsável por coordenar o Centro de Convivência Negra. Este ato estabelece as funções desta Assessoria, sendo elas: I – assessoramento ao Reitor da Universidade de Brasília nos assuntos referentes à diversidade; II- estímulo do respeito e valorização dos Direitos Humanos; III- acompanhamento dos estudantes cotistas, desde o ingresso na Universidade de Brasília; IV - coordenação do CCN; V- formulação, desenvolvimento e aplicação de programas relativos à diversidade no ambiente acadêmico; VI – proporcionar parcerias internas e externas, objetivando apoio financeiro aos estudantes cotistas; e VII – participação de discussões que dizem respeito à inclusão de populações historicamente discriminadas.

Por essa caracterização institucional, é possível compreender que o Centro de Pesquisa e Convivência Negra - CCN é, portanto, o responsável por coordenar todos os projetos institucionais que permeiam assuntos raciais. Sendo um órgão complementar da Universidade de Brasília, o CCN promove atividades acadêmicas com temáticas raciais, identifica as demandas e impactos da população negra presente na fundação. Tem atuação no ensino, pesquisa e extensão, no esporte, no lazer e na cultura, a fim de reforçar a permanência de estudantes negros ingressos por cotas ou não. Nesse sentido, alinhados aos objetivos de promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo, à discriminação racial e à intolerância, o CCN oferece espaços de estudo e de reuniões, biblioteca, atividades que dizem respeito às relações raciais.

O Centro fica localizado em frente ao prédio da Faculdade de Direito da UnB e tem se mostrado um importante abrigo aos estudantes negros. Um dos estudantes entrevistados no grupo focal relata como é diferente o tratamento recebido no Centro de Convivência Negra e na Faculdade de Direito – aquele trata o aluno com outro olhar, fazendo com que os discentes

se sintam pertencentes à Universidade.

A partir do momento que me dei conta de que eram com pessoas negras que eu deveria estar, as poucas que eu consegui encontrar, isso acontece muito tardiamente até. Eu pude ter contato com o CCN, encontrei a galera que tava pensando em universidade mesmo, assim, no projeto de universidade mais inclusivo até. E é quando eu entro em contato com o CCN, e aí foi o momento em que eu era nomeado como estudante de direito, sabe? Aí eu me dei conta, que tipo assim aqui dentro da faculdade eu não sou estudante de direito, no conceito técnico. Mas em uma hora vivendo com pessoas negras, com valores culturais, eu era estudante de direito (GEORGE MICHAEL).

Na Faculdade de Direito não há divulgação institucional das ações do Centro de Pesquisa e Convivência Negra, muitas vezes os estudantes desconhecem sua localização e as atividades desenvolvidas. Mesmo os dois ambientes sendo tão perto, acaba havendo uma barreira gerada pelo desconhecimento. Somente fui ter conhecimento do CCN nos meus últimos semestres de graduação e somente neste trabalho de conclusão de curso pude entender as funções que o Centro oferece à comunidade negra da UnB.

Atualmente, o CCN possui um extenso calendário de atividades, incluindo uma recepção para estudantes negras, denominada Afro-recepção. Possui também diversos programas de acolhimento para alunas negras, como o “AfroAtitude”, um programa que possibilita diversas atividades que visam a implementação de ações afirmativas inclusivas, havendo um incentivo para que estudantes negros participem de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Há também quase trinta coletivos, laboratórios e grupos de pesquisa que compõem o cenário político de articulação da comunidade negra universitária da UnB, entre eles o Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, da Faculdade de Direito.

No entanto, o Centro de Convivência Negra ainda não chega a ser o ideal. No dia 17 de maio de 2016, estudantes negras, ex-estudantes e professores ocuparam o CCN. A ocupação reivindicava as condições estruturais do centro e apontava o fato de que ele não refletia as demandas das estudantes negras, pois deveria ser um espaço que se destinasse ao fomento do ensino, pesquisa e extensão e, para isso, precisaria haver uma reestruturação do espaço²⁸. Pouco antes da ocupação, houve na universidade manifestações racistas em banheiros da Faculdade de Arquitetura e de Comunicação, as pichações traziam as seguintes mensagens: “cadê o Centro de Convivência Branca?” e “Bolsonaro 2018, o seu tempo está acabando degenerados”²⁹.

²⁸ Carta de Ocupação - Centro de Convivência Negra UnB. Brasília, 17 de maio de 2016.

²⁹ BORGES, Ingrid. É legítimo', diz coordenadora sobre ocupação de estudantes da UnB. Disponível em:

No meio de uma Universidade dominada pela branquitude, a agência negra luta constantemente para ocupar e introduzir práticas antirracistas. As potencialidades estão presentes na conjuntura do Centro, porém, também é necessário apontar suas fragilidades. O espaço do CCN é pequeno e foi adaptado de uma estrutura que já existia, não sendo adequado para o objetivo que foi idealizado.

3.3. Ligando os Pontos

Por fim, evidenciam-se as práticas de violência racial no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Contudo, há para tais práticas respostas dadas pela agência negra, a fim de tornar o espaço da Faculdade mais plural, lutando pelo desenvolvimento de práticas antirracistas, quase sejam: a) ao espaço da Faculdade que homenageia homens brancos por meio de bustos, nomes de salas e auditório, a agência negra reivindica uma narrativa negra, renomeando o auditório para *Esperança Garcia*; b) no meio de olhares preconceituosos que geram o sentimento de não pertencimento de estudantes negras, a agência negra ocupa em 2015 a FD/UnB, trazendo debates sobre racismo, representatividade e demonstrando que fazemos parte deste espaço, que o ocupamos e produzimos no campo jurídico; c) por conta dos objetivos do Centro de Convivência Negra não estarem desenvolvidos como foi estabelecido, o movimento negro mobiliza ocupação no ano de 2016, reivindicando uma mudança estrutural do centro que supra as demandas dos estudantes negros da UnB.

CONCLUSÃO

Cada um dos três eixos analisados (Didático-Científico, Assistência Estudantil, e Cultura e Convivência) contribuiu para responder como a presença de estudantes negras na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília impacta a cultura jurídica, que, como visto, é hegemonizada pela branquitude. Dessa maneira, constata-se as respostas dadas pela agência negra, com objetivo de haver a implementação de práticas antirracistas na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Sendo assim, no eixo didático-científico identifica-se que: a) o regulamento do curso de direito silencia-se quanto à diversidade racial presente, não se preocupando em incorporar práticas antirracistas e não reconhecendo a centralidade da antinegitude; b) os professores da FD/UnB reproduzem a matriz jurídica de negar a autonomia das pessoas negras e suas vozes são abafadas; c) não é suficiente o número de professores negros que fazem parte do quadro da instituição, impossibilitando a representatividade; d) entre os estudantes da FD/UnB a maioria são brancos, sendo o sistema da universidade desenvolvido pela e para branquitude; e) há o apagamento do pensamento negro no campo jurídico; f) A Lei n. 10.639/2003 é descumprida não havendo nenhuma matéria obrigatória sobre História e Cultura Afro-Brasileira ou que debata o racismo, a exceção da disciplina Direito e Relações Raciais ofertada pelo grupo de pesquisa Maré da FD/UnB; g) a matriz jurídica branca presente na política da Faculdade silencia os alunos e a contribuição intelectual de negros e fomenta o sentimento de não pertencimento dos estudantes.

As respostas dadas nesse primeiro eixo pela agência negra são: a) a implementação de um Novo Projeto Pedagógico, buscando novas narrativas no Direito, inserindo novas matérias com temas raciais e desenvolvendo uma matriz jurídica negra, reflexo da Lei n. 10.639/2003; b) o Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré é um agente fundamental no desenvolvimento de atividades científico-políticas orientadas pelo antirracismo na FD/UnB; c) a produção de pesquisas sobre os impactos do racismo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito que impacta o atual Projeto Pedagógico, a exemplo da disciplina Direito e Relações Raciais, conduzida por pesquisadoras do Maré.

Para o eixo assistência estudantil, evidenciou-se que: a) o programa auxílio socioeconômico não é suficiente para suprir as necessidades básicas que exige o curso de Direito da UnB e seu valor nunca foi atualizado, além de haver um processo burocrático que torna demasiadamente lento o seu recebimento; b) as vagas oferecidas para participação nos

programas assistenciais não são suficientes para a quantidade de estudantes que necessitam dele por conta de suas fragilidades socioeconômicas; c) o programa Auxílio Alimentação não proporciona aos estudantes a quantidade de refeições ideais para o tempo que passam na UnB; d) não há nenhuma distinção racial nos critérios de seleção dos programas; e) o transporte, denominado Intercampi, é limitado aos poucos horários e regiões que abrangem e, ainda assim, não há quantidade de vagas suficientes; f) na faculdade de Direito da UnB há uma cultura interna que rechaça ou que desconhece essas políticas, apontando não só um perfil elitizado da faculdade, mas um contexto hostil para quem precisa desses programas para se fazer presente na UnB.

No eixo convivência e cultura frisa-se que: a) ao espaço da Faculdade que homenageia homens brancos por meio de bustos, nomes de salas e auditório, a agência negra reivindica uma narrativa negra, renomeando o auditório para Esperança Garcia; b) no meio de olhares preconceituosos que geram o sentimento de não pertencimento de estudantes negras, a agência negra ocupa em 2015 a FD/UnB, trazendo debates sobre racismo, representatividade e demonstrando que fazemos parte deste espaço, que ocupamos e produzimos no campo jurídico; c) por conta dos objetivos do Centro de Convivência Negra não estarem desenvolvidos como foi estabelecido, o movimento negro mobiliza ocupação no ano de 2016, reivindicando uma mudança estrutural do centro que supra as demandas dos estudantes negros da UnB.

Por fim, fica nítido a necessidade de uma mudança estrutural em todos os eixos que foram definidos, para que seja reconhecido a antinegritude que constitui a matriz jurídica branca. Deve ser apontando que as políticas públicas das cotas raciais não bastam para promover a igualdade na educação superior, devendo haver uma quebra de paradigma que introduza práticas antirracistas na formação acadêmica.

O tema desse projeto monográfico retrata metaforicamente o que a violência racial presente na FD/UnB tem ocasionado ao mundo jurídico. Formam-se “advogados sem cor”, no sentido que o racismo tem tornado estudantes negros não-pertencentes de fato a instituição, pois é desenvolvida uma matriz jurídica branca que rasura e marginaliza o conhecimento jurídico negro. Não só o espaço da Faculdade, como as pessoas que o compõem, ferem os estudantes negros, seja pelos olhares, pela falta de representatividade, por forçar o embraquecimento, pela indiferença ou pelo silêncio. Ademais, essa formação dada na Faculdade de Direito retrata o atual cenário do mundo jurídico, no qual há uma irrisória porcentagem de representantes negros, permitindo perceber que não é no lugar onde se ensina Direito que os direitos são respeitados.

Entretanto, a agência negra não se cansa de lutar para que a cada dia este cenário seja

modificado e já tem moldado os eixos, buscando narrativas negras, acolhendo estudantes, resistindo ao racismo e colocando em prática ações que de fato irão proporcionar igualdade de oportunidades. Não nos desanimaremos, juntos somos mais fortes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Amanda Veloso. Sobreviver e/ou me graduar? os limites do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de seus/suas beneficiários/as. 2015., 105 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Direito e relações raciais uma introdução crítica ao racismo. Florianópolis, UFSC, 1989.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. O enfrentamento do racismo em um projeto democrático: A possibilidade jurídica. Geledés, 1996.
- BRITO, Yuri Santos de. “Professora, que bom que você tá aqui” trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas. 2019., 216 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- AMARTINE, Daniela Nunes de. A conjuntura político-econômica do afroempreendedorismo na América do Sul: uma comparação entre Brasil e Colômbia. 2019. 90 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- CENTRO DE CONVIVÊNCIA NEGRA. “Sobre”. Disponível em: <<http://www.ccn.unb.br/>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.
- COSTA, Pedro Henrique Argolo. Entre Hidra e Leviatã: o Nomos da terra de Carl Schmitt e o paradoxo da história universal. 2015. 63 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- COSTA, Pedro Henrique Argolo. Entre Hidra e Leviatã: o Nomos da terra de Carl Schmitt e o paradoxo da história universal. 2015. 63 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- COUTINHO, Cairo de Sousa. “1ª Ocupação Negra da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – Direito, Epistemologia e Raça.” Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/1a-ocupacao-negra-da-faculdade-de-direito-da-universidade-de-brasilia-direito-epistemologia-e-raca/>>. Acesso em: <19 de fevereiro de 2020.
- FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação Afirmativa no Brasil: Multiculturalismo ou Justiça Social? Lua Nova [online], n.99, 2016, pp.257-293.
- FERREIRA, Matheus Asmassallan de Souza. A atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior: possibilidades de enfrentamento ao racismo institucional. 2019. 185 f. Dissertação

(Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Epistemologia feminista negra: um olhar interseccional sobre o encarceramento de mulheres negras. Dossiê Teoria Crítica Racial e Justiça Racial. Revista Liberdades, n. 28, 2019, pp. 89-104. Disponível em: <http://revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/33/artigo005.pdf>. Acesso em: 3 de março de 2020.

GOMES, Rodrigo Portela. Quilombos, constitucionalismo e racismo: famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí. 2018. 219 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GUIMARÃES, Johnatan Razen Ferreira. Quilombolas e navais: contribuições à crítica do Estado e do Direito a partir do conflito na comunidade remanescente de quilombo de Rio dos Macacos. 2019. 132 f., il. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade. São Paulo WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, Renata Monteiro. Negro entre aspas revisitando o debate sobre ação afirmativa no Brasil. 2017. 135 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LOPES, Juliana Araújo. Mulheres negras moldando o Direito Constitucional do Trabalho brasileiro: a doméstica, o feminismo negro e o Estado Democrático de Direito. 2017. 118 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan P. de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. Revista Sociedade e Estado, v. 34, n. 1, Brasília Jan/Abr, 2019.

MENDONÇA, Saulo Chagas. Sim, sim! Não, não!: a demonização das religiões afro-brasileiras à luz do Supremo Tribunal Federal. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Guilherme Martins do. Imunidade tributária sobre templos: uma análise crítica do silêncio dos juristas acerca das religiões de matriz africana. 2015. 64 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

- QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 2017. 200 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- ROCHA, Thalita Souza. Mulheres negras e internet: do racismo ao ativismo. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SALAZAR, Vitor Alessandro Veiga. Você só olha da esquerda para a direita, o Estado te esmaga de cima para baixo. 2017. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SANTOS, Thalita Najara da Silva. Yalodês: mulheres negras na encruzilhada do direito achado na rua: a centralidade racial nas Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. 2018. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SILVA, Vanessa Rodrigues. “Escravidados livres”: crítica ao discurso jurídico sobre a história do direito do trabalho a partir da representação historiográfica do trabalho escravo. 2015. 90 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SILVA, Fernanda Lima da. Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1870 – 1888). 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- VARGAS, João Costa. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83- 105, jul./dez., 2017.

ANEXOS

ANEXO A

CONVITE RODA DE CONVERSA

Prezado(a),

Esperamos que esta mensagem encontre todos(as) bem!

Gostaríamos de oficializar o convite para que você participe da pesquisa “‘Advogados sem cor’: entre a violência racial e a agência negra”, sob responsabilidade do pesquisador Douglas Messias Silva, orientado pelo Professor Ms. Rodrigo Portela Gomes, tendo como temática o racismo institucional e a trajetória de estudantes negros na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília no período de 2015 – 2019 e como essa trajetória molda os eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária que integram a estrutura organizacional desta IES.

O grupo focal irá se reunir nessa sexta-feira (08 de novembro de 2019), às 16h, na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Sala A1-08.

Sua participação é muito importante e contribuirá para pensarmos a violência racial e a agência negra presente na FD-UnB.

No anexo o termo de consentimento livre e esclarecido para ciência das condições éticas da pesquisa.

Contamos com sua colaboração!

Quaisquer dúvidas estamos à disposição!

Atenciosamente,

ANEXO B

ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA

Tema: Presença e Agência negra na FD/UnB

a) Apresentação:

- Apresentação dos pesquisadores;
- Contextualização do projeto de monografia;
- Explicar a metodologia e apresentar os eixos;

b) Eixos estruturais da universidade

Eixo I – Didático-científico (provocação – relato do mapeamento institucional)

Perguntas do eixo:

1. Como vocês avaliam as atividades de ensino da FD? O que acham das aulas (temas, métodos e professores)?
2. Vocês cursaram alguma disciplina que centralmente debate o racismo nas relações jurídicas?
3. Além da disciplina optativa ofertada pelo Maré alguma outra matéria tematizou o racismo direta ou indiretamente?
4. Como percebem que o tema do racismo é abordado na formação jurídica da UnB? Além do ensino os eixos de pesquisa e extensão desenvolvidas na FD enfrentam o tema do racismo?

Eixo II – Assistência estudantil (provocação – relato do mapeamento institucional)

Perguntas do eixo:

5. Quem trabalha ou trabalhou durante a graduação, excluindo estágio não-remunerado?
6. Como as condições socioeconômicas interferem na experiência de ser estudante negro da FD?
7. Qual a avaliação da atuação institucional da FD na permanência e nas condições materiais das estudantes?

Eixo III – Convivência e cultural (provocação – relato do mapeamento institucional)

Perguntas do eixo:

8. Vivenciaram atividades promovidas pela FD (coordenações – graduação e extensão e direção) que tematizaram o enfrentamento do racismo?
9. Vocês conhecem essa imagem? O que essa imagem significa para vocês?

10. O que significa renomear o auditório da FD/UnB e homenagear Esperança Garcia?
11. Como o racismo interfere nas relações de convivência da FD? Caso se sintam à vontade podem relatar.
12. Qual a importância da presença negra na FD?

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Convidamos V.Sa.

A participar da pesquisa “Advogado sem cor’: entre a violência racial e a agência negra”, sob responsabilidade do pesquisador Douglas Messias, orientado pelo Professor Ms. Rodrigo Portela Gomes tendo por objetivo a presença de estudantes negras na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília no período de 2015 - 2019 elabora uma cultura jurídica negra que molda os eixos didático-científico, assistência estudantil e convivência comunitária. Para realização deste trabalho usaremos os seguintes métodos: roda de conversa que reunirá testemunhos³⁰, mapeamento institucional e revisão de literatura.

Esclarecemos que manteremos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o sujeito da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo. Informamos também que após o término da pesquisa, serão destruídos de todo e qualquer tipo de mídia que possa vir a identificá-lo, não restando nada que venha a comprometer o anonimato de sua participação agora ou futuramente.

Quanto aos riscos e desconfortos, não há qualquer risco nem possibilidade de danos, despesas ou custos envolvidos em sua participação nesta pesquisa. Caso você venha a sentir desconforto ou incomodo, comunique ao pesquisador para que sejam tomadas as devidas providencias.

Os benefícios esperados com o resultado desta pesquisa são diagnósticos da agência negra no âmbito da Faculdade de Direito da UnB no enfrentamento ao racismo institucional, assim como, evidenciar os limites à presença negra diante do racismo institucional enraizado nos eixos que estruturam o processo de ensino-aprendizagem na Universidade da Brasília.

O (A) senhor (a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si; a garantia de que em caso haja algum dano a sua pessoa (ou o dependente), os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores. Caso haja gastos adicionais, os mesmos serão absorvidos pelo pesquisador.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos o (a) senhor (a) deve procurar os pesquisadores (endereço/contato). Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer à Faculdade de Direito Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília-DF, CEP 70919-970.

Consentimento

Eu _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador(es).

Local: Data: ____/____/____

³⁰ CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

Assinatura do Sujeito (ou responsável)

Assinatura do pesquisador

ANEXO D

CONTRATO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM OS (AS) CONVIDADOS (AS) A PARTICIPAR DA PESQUISA “‘ADVOGADO SEM COR’: ENTRE A VIOLÊNCIA RACIAL E A AGÊNCIA NEGRA” E O PESQUISADOR DOUGLAS MESSIAS SILVA.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

O presente Termo é celebrado entre:

Douglas Messias Silva, brasileiro, solteiro, estudante-pesquisador, inscrito no CPF sob o nº xxxxx, residente domiciliado na (endereço) e CONVIDADOS (AS) A PARTICIPAREM DA PESQUISA abaixo qualificadas sempre que em conjunto referidas, para efeitos deste documento como PARTES, ou individualmente como PARTE ou ainda, como PARTE EMISSORA, quando se tratar da parte que informará ou PARTE RECEPTORA, quando se tratar da parte que tomar conhecimento das informações;

CONSIDERANDO que as PARTES desejam ajustar as condições de compartilhamento das informações, prestadas durante a realização do método de roda de conversa, referente ao estudo na pesquisa “‘*Advogado sem cor*’: *entre a violência racial e a agência negra*”, resguardando sua confidencialidade e com respeito devido à dignidade da pessoa humana, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

CONSIDERANDO que o presente Termo vem para regular o uso das informações colhidas no bojo da pesquisa supramencionada a partir do método da roda de conversa aplicável na referida investigação.

RESOLVEM as PARTES acima qualificadas, celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (“Termo”), acordo vinculado aos preceitos éticos, especialmente os previstos na Resolução nº 466/2012 do CONEP, mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. - Todas as INFORMAÇÕES que sejam fornecidas à PARTE RECEPTORA e compartilhadas mutuamente entres às demais PARTES presentes durante a realização do método da roda de conversa, serão tratadas sob a mais estrita confidencialidade por todos (as) que acordarem com os termos aqui estabelecidos.

2. - A PARTE RECEPTORA, assim como, os (as) demais coparticipantes da roda de conversa, obrigam-se a manter as INFORMAÇÕES em sigilo, utilizando o mesmo nível de cuidado e discrição para evitar a divulgação, publicação ou disseminação de tais INFORMAÇÕES

a qualquer terceiro não participante da atividade.

3. - Este Acordo vincula as Partes.

4. - Este Acordo será regido e interpretado pelas leis do Brasil, sendo o foro da Cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, Brasil, eleito para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente.

EM TESTEMUNHO DO QUE, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de idêntico conteúdo e forma, no dia e ano abaixo apostos.

Brasília, 27 de outubro de 2019.

Pesquisadores (as):

Participantes:

ANEXO E

DEGRAVAÇÃO RODA DE CONVERSA

Pesquisador:

Olá, boa tarde! Primeiramente agradecemos a presença de todas e todos. Como informamos no e-mail de convite está atividade integra a pesquisa “Advogados sem cor: entre a violência racial e a agência negra”. Antes de iniciarmos queria que reafirmasse a autorização para gravar, considerando as disposições do termo de consentimento livre e esclarecido já assinado por todas.

Todas/os: Sim!

Pesquisador:

O nosso primeiro eixo é o eixo didático-científico que atravessa esse tripé institucional da formação jurídica, que também é tripé de todo o ensino pedagógico, especialmente no âmbito superior, mas também nas outras atividades que é ensino, pesquisa e extensão. A gente queria que vocês relatassem como vocês avaliam as atividades de ensino na faculdade de direito, principalmente em relação às aulas.

Beyoncé:

Vou falar um pouco das aulas pra mim, na faculdade de direito, sendo uma mulher negra. É um complexo, né? Não me sinto muito à vontade nas aulas no sentido de participação, de participar ou de questionar os professores ou sequer de tirar dúvidas. Eu acho que eu me sinto melhor num momento privado, então no final eu vou falar com o professor se eu me sentir à vontade e sentir a pessoa receptiva. Senão eu levo pra casa e pesquiso no Google. Em relação à metodologia, a maioria dos professores aqui dentro da faculdade eu não acho que tenha uma metodologia que é capaz de me prender, assim, na aprendizagem e tudo isso. Talvez é porque eu me sinto inacessível, sabe, as vezes o conhecimento é algo inacessível, ou pelo menos da forma que ele dá as coisas é muito difícil, aí eu tenho que buscar meus meios de aprender e procurar saber das coisas.

Pesquisador:

Quando tu fala que evita questionar em sala de aula, em que sentido isso afeta tua formação? Você não questiona porque você sente que os seus questionamentos são inapropriados? Ou a

própria estrutura de sala de aula não é adequada para se posicionar, para questionar e por isso você espera e às vezes aborda o professor no final da aula quando se sente mais à vontade? Ou isso é uma condição que a própria dinâmica do cotidiano das salas de aula do direito permeia? Por exemplo, uma coisa é outra experiência em que você observou em sala de aula, ensino médio ou outro curso, em que você se porte assim numa perspectiva pessoal que você não identificava como sua, ou identificava que era só sua, individualizada, ou isso virou um cotidiano no qual não parece ser uma questão só pessoal.

Beyoncé:

Então, eu acho que tem dois pontos, eu fiz outro curso [retirado] e ali eu me sentia muito mais à vontade para dialogar mais e colocar minhas questões. Na maioria das vezes, eu acho que minhas questões são sim pertinentes, só que eu não me sinto à vontade... seja por causa dos alunos, no geral, porque eu sempre acho que tô sendo julgada, com olhos ferozes em cima de mim, ou seja por causa da dinâmica estrutural em que é dado o ensino nas universidades, essa estrutura que não é redonda em que uma só pessoa que manda tipo “vai fica aí na sua”. Mas eu me sinto muito incomodada porque eu sei que é muito... eu vejo muita questão racial nisso. Pelo menos, pessoalmente, eu vejo homens brancos falando besteira em sala de aula e se sentindo super confortáveis e falam comentários diversos e se sentem muito à vontade para estar dialogando aqui e falando besteira. E eu fico até bolada porque assim, eu tenho coisas importantes pra falar, mas não me sinto à vontade nesse espaço, mas eles se sentem muito compreendidos ali. E pelo menos o que eu observo nas minhas aulas, nas aulas que eu tenho a maioria das pessoas com quem eu dialogo são pessoas negras que também não se sentem à vontade pra estar ali conversando, construindo coisa conjuntamente, coletivamente... são mais pessoas pontuais, normalmente homens brancos, algumas meninas.

Frank:

Eu tive também, igual a Beyoncé, eu tive outras experiências em outros cursos, eu fiz [retirado] e fiz [retirado] e acho que um mal que perpassou e perpassa fortemente a minha estadia, a minha passagem aqui na faculdade de direito é a sensação de não pertencimento. Eu já até conversei com a Beyoncé sobre isso, é algo que vem... eu acho que a universidade não se estruturou o suficiente pra nos acolher, sabe... e isso vem desde os outros cursos. Por não me acolher nas temáticas que eram abordadas e isso foi elevado ao máximo na engenharia, lá tinha um monte de pessoas brancas e pessoas ricas e eu acho que isso foi elevado ainda mais

aqui no direito. Eu tava cansado já de ter o meu caminho circundado por pessoas brancas que não eram da minha classe, não eram da minha vivência. E aqui na FD foi elevado mais ainda, e eu achava que não era possível, e foi possível. Porque pra mim é muito bizarro, por exemplo, igual a Beyoncé comentou, pessoas brancas se sentirem extremamente confortáveis de falar besteiras na sala e o restante das pessoas elogiarem, acharem que são pessoas críticas e eu não me sentir confortável de ter minha voz ouvida. Isso é muito estranho, isso sempre me trouxe muito desconforto, eu não sei se é algo particular da FD, mas sinto que é a universidade em si, por ter essas experiências de outros cursos. E essa questão de não ter... na [retirado] não tive nenhum professor negro, eu não tinha amigos negros, na [retirado] eu tinha acho que uma amiga negra, aqui na FD, na minha sala são uns três, acho, negros. [retirado]. Já me trouxe muito entristecimento com a faculdade do tipo, “por que eu tô indo pra lá?”. Isso me trouxe outras questões do tipo “será que eu tô no lugar certo?” Será que eu sou incapaz de um dia, não sei, não que eu esteja idealizando a branquitude, mas de um dia ser capaz de expor a minha fala como essas pessoas conseguem. E isso dificultou muito minha vida acadêmica, de não conseguir me expor nas aulas. Tem alguns professores que avaliam também a exposição, se você dialoga com eles e às vezes eu não me sentia confortável de dialogar com o professor ou falar coisas que não eram corretas na minha visão. Tinha zero lugar de fala para falar outras coisas sobre direito, direito constitucional. Eu acho que eu melhorei nisso de conseguir me expor mais, mas isso foi uma construção muito complexa que me afetou muito negativamente de chegar ao momento de desgaste mental, de me sentir preso.

Apache:

Querida dialogar, porque eu me identifiquei muito com a Beyoncé, especialmente no que ela fala dessa questão de não se sentir representado em sala de aula e também no que ele falou sobre questão social que é o que eu vejo especialmente aqui na FD. De como há um epistemicídio daquilo que é produto do que o negro faz, desde o início do curso eu não li um autor negro para estudar direito público, constitucional, administrativo... e eu percebo muito porque mais do que a questão social e a questão da branquitude, de expor digamos esse padrão de vida melhor deles que ao nosso, e de enfim, falar esses tipos de coisas que as pessoas pensam, é o aspecto de que você não se sente representado no que você estuda. Eu por exemplo, peguei uma matéria chamada [retirado], em que basicamente todos os textos são de homens brancos de classes média alta e sobrenomes europeus que escrevem coisas que não são nem um pouco pertinentes para minha vida, que não tem relevância nenhuma para mim, sobre temas que para

mim não fazem a mínima diferença, pelo menos na carreira que eu quero seguir. E justamente essa questão de não me sentir representado naquilo que eu estudo de às vezes pegar um manual, ver um currículo super [retirado] e enfim, pegar esse ideal de produtividade e não conseguir me inserir nisso. Esse ideal de produtividade não é o pertinente pra mim e ele tá num patamar que aquilo, digamos, chega a ser quase inacessível principalmente na parte de descrição de vivência. Eu a parte, quando eu entrei no semestre de sociologia eu senti que lá eles tinham muito mais facilidade em olhar essas coisas com representatividade e aqui no direito isso é quase que apagado, porque não é falado, é tematizado aos poucos, como essa questão do epistemicídio do conhecimento negro, da fala e até aquela veiculação do indivíduo negro como algo subordinado, inferior, que só sofre violência. Só se fala sobre o negro quando é pra falar de racismo e eu nunca senti realmente na faculdade que falavam do negro em um sentido positivo, afirmativo. Eu quero que fale do negro a partir de uma ótica em que ele produza conhecimento em que ele enfim, não seja só objeto, mas que ele produza

Pesquisador:

quanto tempo você passou na [retirado] e na [retirado]?

Frank:

Um ano e meio na [retirado] e um ano na [retirado].

Beyoncé:

Três anos e meio no [retirado].

Glória Maria:

Eu queria falar sobre a questão do não pertencimento, pra mim eu não faço parte da FD. Eu chego no CA e parece que é o mundo daquelas pessoas do [retirado], as mesmas pessoas que falam besteira em sala de aula como vocês falaram. São as pessoas que estão no [retirado] o tempo todo, as mesmas pessoas que acabam entrando para empresa júnior que acabam entrando nesses lugares e, que nem foi falado, não tem aquela representatividade que envolve temas que me interessem. É uma outra vida, parece que aqui na FD, pras pessoas da FD, que o diálogo das pessoas que transitam aqui, é o da asa norte, das pessoas que moram na asa norte, da asa norte não, do sudoeste e em águas claras, é só essa linha. Parece que eles esquecem a periferia, esquecem o entorno, é muito ruim. Quando eu tô aqui na UnB e tenho

horário livre entre as aulas, eu não gosto de ficar na FD, gosto de ir pra BCE, gosto de ir pra outros lugares.

Beyoncé:

É muito estranho, enquanto a gente sente esse não pertencimento, os outros se acham donos dos lugares, as pessoas acabaram de chegar e estão confortáveis em ocupar o lugar, em ficar no [retirado] o tempo todo, parece que são donas da FD. A gente tá aqui de passagem mesmo, sempre sou muito crítico das pessoas que ficam aqui sem fazer nada sabe, enquanto que a gente fica estudando pra caramba porque não se sente confortável aqui dentro e as pessoas ficam aqui de boa na FD...

Apache:

Queria dialogar com essa questão do não pertencimento, que inclusive afeta o modo como a gente estuda e como a gente produz. Tenho certeza que todo mundo aqui se cobra bastante por estar nesse espaço, então eu tenho a impressão que pelo fato da gente não se sentir pertencente, a gente se cobra o triplo, o quádruplo, o quádruplo. Então isso é extremamente desgastante e Beyoncé sabe dialogar, sabe expor esse desgaste mental.

Beyoncé:

Eu e o Apache a gente conversa muito e já teve esses momentos de choros emocionados nessa faculdade, passando por dificuldades, acho que todo mundo aqui já teve um pouco disso, de “caraca não consigo, o que tá acontecendo, não aguento mais”... mas é um lugar muito difícil aqui e você sai de casa e é muito cobrado desde casa, porque a minha mãe fala direto pra mim “você sabe a sua situação, então você tem que fazer melhor que qualquer pessoa pra você conseguir”. Diz: “você tem que ser muito melhor e se esforçar muito”, porque qualquer erro meu... qualquer erro você vai ser crucificado e vai crucificar todo mundo que você representa. Por causa da carne que eu carrego, né, se eu errei naquele espaço, é porque pessoas negras erram e a gente é muito mais cobrado nisso. A gente se sente muito pressionado de “como uma nota assim nessa matéria”, ou tenho que estudar muito porque tenho que saber mil e uma línguas para acessar um escritório bom, tenho que saber a raiz, dominar aquilo e aquele assunto completamente e eu não sinto que eles sentem isso, não sinto que eles têm que fazer todo esse esforço para ocupar os lugares ditos bons aqui dentro do direito.

Pesquisador:

Achei muito interessante a reflexão que vocês fizeram que é sobre se sentir parte, mas conceituar isso com um conteúdo que é jurídico, já que a gente tá falando de direito, poderia se relacionar com a ideia de propriedade. O Frank que trouxe isso, mas pra associar com o que você tava falando, de não se sentir parte e de não pertencer; como há uma apropriação desse espaço que é público né, mas como se sentir tão confortável de fazer comentários sem reflexão ou comentários em sala de aula. E sobre domínio de espaços compartilhamos, na relação com os outros e a última coisa que me chamou atenção é que vocês tematizam isso mais em relação aos colegas de vocês e não em relação aos professores, então eu queria saber aqui será que é só em relação ao tema, esse tema não seria tratado também em relação a outros colegas brancos? [retirado]. Porque se a gente tá falando no sentido de apropriação, penso que isso tem a ver com a relação, não de vocês, sujeitos negros, mas dos sujeitos brancos e eles se sentem confortáveis se sentem proprietários [retirado]. Você se apropriar de algo que não é seu, lidar com aquele algo que não é seu de forma tranquila, não se sentir deslocado, não se sentir estranho. Porque todos esses sentimentos foram o que vocês colocaram aqui. Estranhamento, deslocamento, de não querer ficar aqui, de vir obrigado então, né... de não querer vir, de vir pras aulas ou pras atividades, mas que preferem não ficar aqui. Vocês podem relatar situações, além do que a Glória Maria falou, por exemplo, do espaço do [retirado], como ele é compartilhado de forma privatizada por essas pessoas, além dos relatos de sala de aula, que às vezes vocês têm questões pertinentes, têm críticas aos professores e aos alunos, mas não conseguem falar porque parece que vocês não podem.

Washington:

Eu Washington, falo de uma experiência assim minha, que eu sou uma pessoa muito empolgada e gosto de falar, gosto de rir bastante. Como eu tô no [retirado] semestre, eu fui percebendo algumas características em mim que eu comecei em sala, com os meus colegas brancos. Eu comecei a rir menos e falar menos nas aulas, porque eu percebia que toda vez que eu soltava um questionamento e perguntava as coisas, por pequenas coisas, eu sofria micro agressões, que me faziam pensar se minha pergunta era válida. E assim, como eu sorrio bastante pras pessoas, algumas pessoas achavam que eu, o meu corpo, podia ser útil pra essas pessoas. Tanto que teve um dia em que eu tava arrumando meu cabelo com um pente garfo, tinha entrado na sala, aí um menino falou assim “ah, e esse pente garfo, passa aí pra eu ver” aí eu “não né”. Aí beleza guardei o pente garfo e fiquei pensando nisso, no quanto que meu corpo pode ser

simples assim pras pessoas numa visão de sei lá de propriedade talvez. Aí eu percebi que quando eu começo a pensar, pensar no que eu vou perguntar, eu começo a refletir se a pergunta que eu vou fazer realmente é boa, sendo que é uma pergunta que eu creio que deve ser perguntada, mas eu começo a me questionar se eu realmente devo fazer essa pergunta. Foi algo que eu fui percebendo que tem relação com meus colegas porque eu nunca fico no [retirado], eu vou lá, e no começo eu ia bastante, eu tava animado, empolgado, só que eu percebi que tava todo mundo naquele mundo, eu não conseguia, eu tentava, me forçava a me encaixar, só que parecia que não tinha espaço pra mim. Aí eu fui me afastando, até que hoje eu não vou mais, essa foi minha experiência desse início de semestre até esse fim agora.

Glória Maria:

Eu também tenho um exemplo, eu passei por um processo de transição capilar e tava usando tranças pro meu cabelo crescer mais rápido. Uma vez eu tava andando no corredor aqui na FD e eu tinha acabado de conhecer um cara tipo “oi tudo bem? Você é caloura, parabéns!”, semestre passado isso, aí ele virou pra mim do nada e disse: “é mas você vai ter que tirar essas tranças, com essas tranças você não vai conseguir estágio nenhum, em nenhum escritório bacana”.

George Michael:

Eu George Michael, eu percebo que a sala de aula aqui no direito ela é muito... ela tem um... como eu posso dizer... um ... muito bem localizado e isso perpassa muito por raça e por classe como a Beyoncé pontuou. Eu, pessoalmente, sou muito tímido, tenho dificuldade de me expressar publicamente até porque eu não gosto, realmente não gosto, eu detesto e mesmo lá no meu primeiro semestre em [retirado] eu tive que, em uma disciplina de [retirado], eu tive que apresentar um seminário, e aí gaguejei mais do que tudo na vida, acho que foi aqui na A1-10. Naquilo ali eu fui percebendo situações de violência que eu tava tendo que me submeter, e a partir dali eu tive que estar lidando com essa cobrança de ter que me expressar sempre publicamente dentro da FD, isso foi moldando o meu comportamento em muitos aspectos. Uma coisa que o Washington fala bastante nesse sentido é que você vai percebendo como seu corpo tem que se comportar, em que lugar ele deve estar e como você tem que se portar. Isso é ditado o tempo todo, seja pelo corpo discente, seja pelo corpo docente, por que na lógica da sala de aula do direito, que é essa coisa do tecnicismo, estamos aqui para ler, para interpretar, “nós somos juristas, nós somos isso, nós somos aquilo”, então você vai percebendo um

encadeamento de cobrança e que perpassa por uma lógica de raça muito bem estabelecida que até mesmo o Pesquisador pontuou. Ele falou que a galera branca se apropria desses temas e era pra serem neutros, então qualquer pessoa poderia falar, mas a gente vem com essa carga de não se ver nos quadros de docentes, de não se ver nos quadros profissionais, então acho que perpassa por essa falta de autoestima sabe. E na minha percepção, a sala de aula é justamente o campo de tudo isso, você não se vê tão bem pra estar na frente pra ter que participar de alguma forma, mesmo se você venha de escola pública, eu por exemplo, venho de escola pública, era o nerdzinho da sala, ficava na frente, sentava na primeira cadeira com quase todos os professores. Agora eu me vejo no fundo da sala, apenas no celular; enfim, eu fui percebendo que esses processos de violência foram muito bem estabelecidos aqui dentro da sala de aula. A sala de aula é justamente como eu me porto dentro do direito.

Pesquisador:

São dois territórios porque, em regra, quem acessa o ensino superior, independentemente se foi por meio de cotas ou universal, mas cotas não quer dizer nada disso... mas sempre põe essa projeção dentro da sala de aula do ensino médio e do ensino fundamental, seja uma experiência em que todo mundo esperou muito de você, você foi aquele que foi apostado, em algumas família é assim: minha família investe em mim, aí tem projeção para todos os outros trabalhos. Ou a gente um dia acaba se destacando e quando chega aqui é o inverso né, a gente vai vivenciar outra experiência, mas eu fiquei curioso assim. Para uns porque chegaram agora e não puderam avaliar muito, porque tem dois semestres para avaliar as disciplinas, mas já tem no mínimo umas nove disciplinas que vocês cursaram, os outros também que puderem comentar... mas assim, as disciplinas abordaram a temática inicial? Mesmo que ela não seja central, mesmo que superficialmente, ela foi abordada? Eu queria ouvir como vocês avaliaram. [retirado], enfim vocês podem relatar também a experiência de ter feito a disciplina de Direito e Relações Raciais, mas vocês podem focar em outras disciplinas, algumas delas o tema racial passa, mas não obrigatoriamente vocês devam ter cursado elas. Mas em algum momento, quando vocês perceberam que essas disciplinas tematizaram o racismo, mesmo que pra vocês, que sabiam que aquilo era racismo ou que eram relações raciais ou o professor não tratava como racismo ou os alunos não tratavam como racismo... em disciplinas exclusivas do direito.

Beyonce:

Em disciplinas, pouquíssimo eu ouvir falar de raça, pouquíssimo. Talvez em [retirado] com a

professora, mas aquela abordagem que eu não senti que era a abordagem completa falando sobre raça. Ela entende que sobre, mas é aquilo né, o limite ali dela própria que né, enfim, experiências e etc... que inclusive era uma das aulas em que cobrava pontos por falar, acho que ela queria que as mulheres falassem ali, mas na verdade só deu ponto pra homem branco e quem não tinha falado perdeu pontos, mas é isso, passamos ali na matéria. Mas foi bom você tocar nisso, porque eles não falam nisso, ainda em matérias que perpassam isso. Quarta-feira de manhã eu pego [retirado] com [retirado] aí uma das questões da prova foi sobre [retirado]... em todas as aulas eu não vi falar de raça, ela citou em uma aula, falou que questão racial era importante... na última aula ela foi falar [retirado] até citou o filme “que horas ela volta?”. Eu nunca vi o filme [retirado]. Ela não cita nada de raça, dando os exemplos da casa dela, que teve empregada doméstica a vida toda - mais como um desabafo do que como respondendo à pergunta do Pesquisador - mas ela meio que comentou assim “ah eu tava vendo o filme e me fez refletir sobre o meu papel como [retirado]” aí ela falou assim “ah eu vi o filme, e na segunda-feira, ela sei lá, tinha curtido o sábado e domingo que são dias não trabalhados né, na segunda-feira deixou uma pilha de louças acumulada para a empregada doméstica lavar”. Aí disse que no filme ela tava muito sentida, porque tava lavando a louça, se sentindo muito mal. Disse que naquele momento deu um click na vida dela que ela percebeu que fazia isso na casa dela e que no filme... precisou de uma arte pra ela entender o que é direito [retirado]. Mas não, na verdade lavar a louça na segunda-feira é você colocar ela pra trabalhar um dia a mais do que deveria ter trabalhado, porque se ela trabalha só na segunda e lava a louça de domingo então ela tá fazendo o trabalho de domingo. “Nossa que click na minha vida e a partir daquele momento lavar a louça no domingo...”, quase um insight. Ela falou isso na aula numa tranquilidade e eu fiquei muito incomodada com aquilo, porque quem sabe, quem a mãe já foi, quem tem pessoas na família que façam isso, ficam muito incomodadas, ela não fala de raça em nenhum momento sabe, e é uma pessoa que luta por direitos trabalhistas e não expõe isso em sala... eu achei um absurdo [retirado].

Apache:

Eu acho interessante o que a professora falou, porque eu sou filho de doméstica, minha mãe é doméstica, e eu sinto que na faculdade, apesar de ter esse viés crítico, aliás, supostamente crítico, e de ser uma área delimitante como é o [retirado], eu sinto que no geral a faculdade não cobra as pessoas que tenham um pensamento crítico racial ... pegar esse aqui é o ... [retirado] É como se toda a temática que girasse em torno do direito, fosse um aspecto legalista,

é como eu citei que a Beyoncé falou, sobre essa questão da matéria, ou seja, se não existe legislação você não precisa considerar direito, porque direito, praticamente, só tem direito aquela pessoa se houver uma lei. Eu acho que isso é um apego a lei e um desapego à realidade.

George Michael:

Eu George Michael, retomando um pouco das minhas experiências em sala de aula, especialmente no direito. Uma coisa que sempre foi imposta pra mim, no meu dia a dia na faculdade, saindo um pouco da sala de aula... eu percebo que tem determinadas matéria no direito que não vão tratar especificamente, mas que você vai ter uma abertura maior para tratar de raça, especialmente [retirado]. Todas essas matérias eu sempre odiei, odeio até hoje, eu lido né, porque eu tô tendo essa expertise então ok, vou me apropriar dela e tudo bem, porque depois daqui a gente não sabe o que é o dia de amanhã. Mas retomando, das disciplinas do direito, a que eu mais gosto é da área de civil e eu percebi uma dificuldade enorme em se tratar raça em todas elas, por exemplo, eu fiz [retirado] com [retirado], muito bom, foi um semestre muito bom porque me deu o link com o direito de comunidades quilombolas e povos indígenas. A partir daí eu percebi o quanto essa técnica do [retirado], e [retirado] pode ajudar em muitos aspectos. Mas o professor até fazia um link, mas era aquele link distante, aquele link extremamente enviesado por uma noção extremamente... então eu percebo que a nossa construção em sala de aula passa por uma visão individual porque você vai ter que construir um novo sujeito, um novo você. Até porque você não é uma pessoa só, você representa uma comunidade, uma massa de pessoas que não fazem parte desse ambiente, então tudo que é direito, nessa percepção a gente vai ter que transformar em direito aqui dentro. Eu percebi que essa falta de dialogar com os direitos [retirado], com o a sociologia e a antropologia trazem essa definição, então assim, até sentia vontade de trazer aqui: “então professor, como que a gente pensa aqui a articulação de terras coletivas? É possível nós enquanto juristas...” enfim, até poderia fazer um link constitucional e relacionar ao direito civil que é uma coisa que tá mais acontecendo recentemente, só que eu não tinha abertura e não via a menor possibilidade de explicar isso na sala, com um monte de gente branca me olhando sabe, até porque é violento, pra mim é violência.

Frank:

Eu concordo, passa mais por uma busca nossa, individual, de tentar se inserir meio que a força na metodologia, no ensino dos professores, do que é algo que eles sintam necessidade de expor.

Como se eles não tivessem responsabilidade também de debater essas questões. Grande parte do que é construído aqui na FD em relação a negritude é unicamente pela negritude, unicamente os negros e negras estão indo lá e tentando inserir esse diálogo nessas dinâmicas na aula, tratando das nossas dores, das nossas problemáticas. Se for por eles não tem. Eu tava tentando lembrar aqui a última vez que um professor ou professora comentou sobre raça e eu não lembro. Acho que trabalho, na parte inicial, que fala um pouco sobre o momento de escravidão brasileira... salvo engano o [retirado] falava sobre isso, o professor que usava o [retirado] como base, professor [retirado], na parte inicial fala sobre como surgiu o trabalho no Brasil e depois foi totalmente esquecido quando iniciou a parte legal de direito [retirado]. Em direito [retirado], mas em nada disso. Não sei o motivo, mas em [retirado] não foi debatido, em [retirado] foi um pouco, mas nessa visão mais geral de desigualdade. Às vezes os professores se veem forçados a debater a nossa constituição, mas no geral, são raras as vezes que surge esse debate. Fazendo um paralelo com os outros curso, apesar das minhas críticas iniciais, nos outros cursos era mais debatido, eu já tive muitas matérias em que eu fui instigado a tematizar a negritude, os professores tinha mais a chamada para discussão, tem [retirado], lá na [retirado] tinha uma aula em que era só debate e as temáticas de negritude, apesar de só ter eu e mais três pessoas negras na sala, eram muito colocadas em cheque na faculdade, tive uma matéria também de introdução [retirado] que o professor também debatia..

Pesquisador:

Do antigo pro novo PPP, porque agora vai mudar o regulamento, no atual, não tem nenhuma matéria com a temática do racismo, nem obrigatória, nem optativa. Também achei [retirado] que nos dois regulamentos colocam como princípio a defesa da democracia e a gente pensando em uma democracia educacional eu não vejo, mesmo abrindo portas e tudo mais, a gente não encontra na FD uma democracia mesmo que equipare negros e brancos.

Pesquisador:

Também vi que muita gente falou de não tem uma autonomia de escolher o que quer estudar e uma das primeiras coisas que o artigo coloca como parâmetro básico seria uma autonomia e protagonismo discente no processo formativo. Utilização de múltiplas abordagens teóricas e metodológicas nas atividades, que eu também como estudante acho que nunca tive essa autonomia discente, a gente acaba que é obrigado a seguir esse academicismo branco pregado na UnB, na FD principalmente, é isso basicamente. O antigo regulamento não fala nada em

questão racial, não tem nada falando, não coloca nada, nenhuma matéria como obrigatória, seu currículo não possui nada. Nesse novo PPP que tá pra ser implantado, tem algumas coisas que já é assim, menos mal, que seria a criação de três disciplinas que seriam optativas na área de concentração e elas abordariam, que é direito e racismo, criminologia e racismo e feminismo negro e direitos humanos.

Pesquisador:

Eu ia perguntar pra vocês, porque tem gente que ficou muito focado nas aulas, mas vocês frequentam também outras atividades, pesquisa e extensão, mesmo que não frequentem com assiduidade, que estejam começando agora, mas tem uma percepção mesmo que inicial. Seria bom que vocês relatassem a abordagem das relações raciais, os limites, porque são abordagens que também são limitadas, a gente precisa reconhecer que o ingresso de pessoas negras, ele sempre vai ser acompanhado de um racismo e esse racismo tem múltiplas faces, não é só um racismo em sentido universal que se expressa de uma forma só. Então ele se expressa de forma diversa pras mulheres, para os homens, para pessoas de classe média, para pessoa pobres, para nordestinos, para pessoas trans, pessoas LGBTQs, então assim, vão ter faces distintas. Acho que uma das principais dinâmicas do racismo na universidade é tratar isso como uma coisa só. Quando a gente vai tratar do racismo ele é tratado como uma única vivência e isso é violento de diversas formas, você vai enquadrar todas as pessoas negras na mesma experiência, parece que tem uma carteirinha de como ser um negro aceito dentro da universidade, isso vai gerando violência. Então de que forma a extensão e a pesquisa tem abordado isso? Já que elas se livram dessa dimensão muito pesada do dogmatismo que é próprio do ensino jurídico, a formação em sala de aula é muito dogmática na extensão pelo menos teoricamente ela é crítica a isso, na pesquisa também.

Washington:

Sobre experiências em aula, eu não sei sobre esse novo PPP, e você falou sobre os professores substitutos, os professores efetivos são quase todos brancos e aí eu não sei o quanto esse novo PPP, talvez, traga um desânimo, porque eu tive, por exemplo a professora de pesquisa jurídica, a gente teve uma aula sobre acesso à justiça, tive uma aula de sociologia que o tema era racismo e sociedade e tive uma aula [retirado] que era sobre a ... e essas três aulas desanimaram muito porque a professora que deu essa aula sobre acesso à justiça ela não tocou na questão das pessoas negras. Ela foi falando como era difícil algumas pessoas acessarem, que algumas

peessoas sofriam dificuldade de entrar, só que ela não racializou e por isso eu fiquei “sobre quem você tá falando?” E nessa sobre racismo e sociedade de introdução à sociologia o texto era sobre racismo estrutural e o professor falou de racismo como se racismo fosse individual. O professor [retirado] e a de [retirado], e nessa aula de racismo e sociedade que foi uma das que eu fui mais animado eu li o texto, fiz várias anotações e o professor ficou num debate muito simplista, muito por cima. Quando eu tentava indagar, fazer algumas perguntas, ele desanimava, falava “ah sim, também tem esse ponto...” e continuava a fala dele, eu fiquei tipo “ah então tá”, depois dessa aula eu só leio os texto de sociologia, mas só vou pra prova, as aulas estão mais me desanimando do que animando. Sei quanto que é, professores brancos acabam na verdade desanimando os alunos.

Apache:

Eu considero que o medo é, tive um professo negro que eu queria muito pegar matéria com ele, ele é [retirado] da Faculdade. Aí eu penso que é quase como se houvesse um regime dentro da Faculdade que não dá abertura para professores negros [retirado]. Fica evidente que racismo existe um racismo implícito, disfarça a qualidade técnica por não haver uma abordagem técnica [retirado], pra se apropriar desse racismo, desqualificar professores negros.

George Michael:

Fazendo um link com o que eu tinha falado sobre o processo individual que a gente quanto sujeito negro entra nesse novo espaço totalmente embranquecido, é indubitável não fazer o link com as outras áreas que a universidade nos oferece. No ensino durante a sala de aula essa materialização que percebo como violenta. É você se ver excluído de uma certa forma e então você vai procurar outros meios. E na minha experiência eu percebo que a extensão ela dá muitos aportes, tanto que eu me percebi muito mais protagonista dentro da extensão, mas ao mesmo tempo naquela lógica, tipo assim, eu propor falar de raça, eu propor trazer as questões de raça. Eu fiz [retirado], durante um ano e meio [retirado]. E foi um processo muito bom, naquela época a gente [retirado]. Foi efetivamente naquele momento que eu percebi diversas questões raciais, o tanto de pessoas negras que estavam dentro [retirado]. E até mesmo dentro [retirado], quem eram essas pessoas. E aí nesse aporte [retirado], naquela experiência de tipo lidar com o campo jurídico, de ter que responder um despacho. [retirado] nesse momento eu começo a perceber algumas faltas que mesmo se pretenda crítica, se pretenda extremamente construtiva, eu percebo que tem muitas falhas. A partir do momento em que a gente, enquanto

sujeito negro, se vê numa agência individual em muitos aspectos e mesmo que a gente tenha que responder uma demanda coletiva, como a gente relatou aqui. Eu percebi que a extensão tem umas limitações muito, eu não vou dizer o tanto no ensino, mas na extensão eu acho fazendo esse link, que é mais possível [retirado].

Pesquisador:

Fico pensando assim, porque o que o Pesquisador relatou aqui é que um dos princípios centrais da formação jurídica de vocês é o protagonismo estudantil, né? Então se é um processo de formação democrático que não vai estabelecer diferenças no sentido de produzir desigualdade no técnico ou são todos compatíveis com o processo educacional. Pelo que relataram aqui esse protagonismo não existe e vocês nunca nem se sentiram à vontade pra ser protagonista em sala de aula. Eu fico pensando assim, o protagonismo, ele é suficiente pra enfrentar o racismo? Por que é individualista e vai depender dos sujeitos negros que estão nas atividades que tematizam e vai concentrar essa vantagem sobre eles. De que modo então, esse protagonismo ele é embranquecido e essa legitimidade pra falar é liberdade para alguns, uma democracia no ritmo da mestiçagem racial e uma democracia racial. No suporte somos todos iguais, no qual somos todos iguais a partir da nossa cor.

George Michael:

Eu vejo que tem muito essa coisa do lugar único, que acaba que o embranquecimento é tão grande, tão expressivo, dentro desse lugar, que é esse tripé universitário de um todo assim. Você tenta lidar com esse lugar único e ao mesmo tempo você é incentivado, mas você tem que lidar com isso. E como você lida? Eu percebo que esse protagonismo é muito embranquecido e problemático, porque, eu percebo que trazendo um pouco da distinção que a extensão traz, que é justamente esse desincentivo por parte institucional porque o ensino é o que tem a maior carga e ocupa mais horário. Exige presença em sala de aula, exige apresentação de seminário, provas, enfim, isso tudo vai desgastando a gente. Tem um lapso muito grande de sugar mesmo.

Pesquisador:

Tanto que vocês só podem fazer extensão e pesquisa no sábado.

George Michael:

Exato. Por exemplo no meu caso, me encontrei mais na pesquisa, eu me vi mais protagonista

na pesquisa e ao mesmo tempo, fazendo pesquisa e ainda nesse processo, ainda bem, eu percebi que eu posso fazer os links maior com a área de ensino sem precisar dessa lógica maçante de só receber; vim pra sala de aula e só receber, eu vou ali colocar na pratica e vou aprendendo e absorvendo de uma forma bem mais saudável e que eu me sinta bem mais confortável, dialogando com outras pessoas que inclusive são mais experientes que eu. Então sabe, o conhecimento ele é compartilhado de uma forma muito mais pedagógica, na minha percepção do que esse foco que a academia branca dá pro ensino.

Beyoncé:

A UnB é uma universidade que abre muitas portas pra tudo pra gente, não só esse tripé de ensino, pesquisa e extensão, mas também contatos e diversos, sabe?! E pensando na extensão, teve um projeto que eu fiz, era protagonista duas professoras negras [retirado], enfim! Era sobre [retirado] e [retirado] no sentido de povos de [retirado], mas se pensava numa possibilidade de [retirado], como [retirado], mas a gente não trabalhou isso. Mas ainda assim eu achei muito a abordagem racial, ainda na dinâmica, falando sobre [retirado] eu achei muito pouco aprofundado, não sei se era por causa da experiência, eu achei que era muito visto como objeto, sabe? Algo a ser manuseado, não como algo que a gente tava de fato ali lutando por algo e tinha muita gente ali. A maioria das meninas que estavam ali comigo eram todas brancas, só tinha eu de menina negra e assim, né? Tinha um estudante [retirado], que ele era da [retirado] e ele trabalhava com as [retirado]. Assim, eu não me sentia nada protagonista, eu propunha algumas coisas pra mudar o projeto, direcionar, não senti que eu estava sendo ouvida naquele espaço, não senti que é pra mim, sai da extensão. Na pesquisa, assim como o George Michael falou é o caminho onde eu me encontrei ali, no Maré. Ainda que seja uma coisa institucional, eu achei muito bom, foi onde eu me encontrei ali na pesquisa. É um espaço onde a gente pode produzir conhecimento, no me sentir pertencente desse espaço, ainda que eu tenha alguns problemas comigo mesmo em relação a isso, né? Porque eu tenho uma questões em relação a tipo... eu não quero ser só uma menina negra que fala de questão racial, sabe? Não quero ser uma menina que só fala de disso. Eu quero ser a menina que fala sobre processo civil. Não sendo a menina negra que é reduzida a isso. Eu vejo o meu currículo e é “foda” pra questão racial, constitucional, mas quando eu for pegar um escritório eles vão olhar lá e não vão ver nada que de fato aprenda isso. Aí eu tenho receio de tipo assim, que eu seja cotada por isso e eu nem quero ser essa menina que só fale sobre isso, quero ser a que domine isso, domine aquilo e um monte de coisa também. Não ser categorizada por isso. E as vezes é isso, é o lugar

onde eu sinto bem falando e aí eu ocupo esse espaço, sabe? É um lugar que eu me sinto bem, que eu sinto que eu quero e aí ocupo esse espaço. Talvez se tivesse opções pra outros espaços pra está sendo ocupado e eu me sentisse a vontade em outros espaços, eu não preciso negar espaços ali pra tá ocupando outros. Enfim. Eu ia me sentir melhor porque talvez é.... porque a minha sensação aqui é uma eterna luta, é um eterno ter que atingir algo, sabe?! Que eu nunca poderei ser. Assim, na universidade como estudante, como profissional do direito, sabe?! As referências infelizmente que estão na minha cabeça eu entendo todos esses processos racistas que ocorrem, é uma referência branca, tipo assim, ser bem sucedido no direito, ser um bom profissional no direito é ser uma pessoa branca. “Foda”. Infelizmente. Ai eu tenho que encaixar todo o meu perfil psicológico, social, cultural, tudo naquele perfil de uma pessoa branca pra tentar encaixar ali, pra tentar almejar ali e eu sei que não vou ser, e isso que é o rolê, saber que você nunca vai ser aquilo. Mesmo que você tente, faça o melhor de todas as formas e ainda tente ser melhor no que te dá espaço pra você ainda não vai conseguir, é meio que uma frustração.

Pesquisador:

Essa inclusão sempre vem acompanhada pela exclusão, porque óbvio o racismo nunca vai ser fora dessa relação de inclusão/exclusão. Por isso, como política de inclusão de jeito que serão mediados por construção da exclusão, eu vou incluir pessoas negras em espaços institucionais que excluem pessoas negras, às pessoas negras vão ser sempre vistas como as pessoas da exclusão que estão sendo incluídas.

Beyonce:

Eu queria fazer só mais um comentário em relação a isso, porque eu falei dos três e também pensar na lógica social aqui da FD, mas eu sinto muita falta, muito deslocada socialmente daqui, sabe? Como grupo, eu vejo que pessoas brancas são muito agregadas, dialogam e saem pra rolê. Tem uma questão tipo assim, de território, hoje em dia eu to de boa, porque moro no plano piloto, mas quando eu morava em [retirado] não podia sair de noite aqui não, pra acordar no outro dia de manhã cedo, pra que eu ficar dando rolê aqui, sabe? Dai rolê de barzinho, sair por aqui é impossível porque tenho que está no estágio, ajudando minha família. Ai fiquei pensando em coisas que eu poderia me entregar como as pessoas brancas que estão nesse espaço, ai pensei em atlética, ai fui ver o treino é domingo de manhã ou sábado à tarde e como eu vou vir lá da “pqp” esperar o ônibus e ter o treino de 40min e voltar de novo pra lá? Obviamente a gente que mora aqui é de boas, não tenho nada pra fazer no domingo, vou

jogar um voleizinho, volto pra casa e é isso, vida ganha. Eu não tenho essa possibilidade de acessar todos os ambientes que FD pode me dar, seja esportivo, que pode né melhorar a saúde e tudo, ou o contexto social ter contato com e é meio que isso tem o institucional e nem o fora do institucional.

Pesquisador:

A gente já encontrou sem querer no eixo de convivência e cultura, não tem problema, a gente já tematiza isso.

Apache:

Sobre essa questão a Beyoncé tocou sobre o eixo cultural, eu entendo que isso é muito presente na [retirado], é isso velho, é um grupo de pessoas brancas de classe média alta que ah, agora não fazendo nada vamo ali jogar um voleizinho, disputar. Vai lá, joga, volta, discute, bebe e ainda são dez horas da noite e a gente pode voltar pra casa porque tem carro. Então, vei! O último ônibus que passa pra sobradinho no sábado é dez horas da noite. Não vou ficar na rua, não tem condição disso, é um desapego com a realidade que eu fico impressionado parece que esse povo nunca teve um... não, eu conheço pessoas aqui na faculdade, eu não vou nomear é claro, mas eu conheço pessoas que nunca andaram de ônibus, que nunca foram no RU. Todo mundo conhece, é um desapego, nossa!

George Michael:

Isso que a Beyoncé é muito significativo, de se tomar porque, por exemplo, no meu caso, eu percebo que, assim, na minha experiência. Entro no [retirado] semestre de [retirado], venho pelo [retirado], três anos de [retirado] anteriormente (...), na minha época... eu sou cotista, sou PPI, aí eu entro nessa com a porcentagem de 25% pra todas as pessoas que vêm de escola pública, então a PPI de 25% crê a gente é 12,5%, a gente PPI, enfim.

George Michael:

Não, naquela época não tinha cota pra deficiente.

Glória Maria:

Mas tem quem forja também.

George Michael:

Exato! Mas enfim, eu entro nessa época que eu sou no máximo 25% e aí tipo, eu percebi desde cara que eu nunca estaria incluído pra ser chamado pra uma sei lá, pra um barzinho.

Apache:

Uma social.

George Michael:

Exatamente! Por quê? Primeiro de tudo, na época eu não tinha celular, não tinha whatsapp, não era moda do wpp. Então desde o princípio eu sempre fui excluído do grupo da minha própria turma, que é do direito [retirado], na época a gente primeiro pensou que era [retirado] e depois virou a [retirado].

George Michael:

Exatamente isso! E isso me marcou também porque eu não tinha um celular tecnológico o suficiente pra ter o whatsapp, aí isso já foi só uma desculpinha assim: “ah cara, você não precisa entrar não”, meus amigos falam, “você não tá perdendo nada”, isso em [retirado], enfim. Nessa lógica ‘escrota’. E assim, eu vi que o grupinho do [retirado], do [retirado], o grupinho do sei lá, [retirado] e eu não tava em nenhum desses porque eu sou de [retirado], que ninguém nunca tinha ouvido falar. Isso me marcou muito então eu tive que procurar outros grupos, aí acaba que a sua estabilidade perpassa por outros processos, foi a extensão que me trouxe pra esse novo lugar, o grupo de estudos que eu busquei, o Maré, o primeiro de todos. Que aí eu tive contato com outras pessoas negras da universidade e de outros cursos, que eu pude trazer essa sociabilidade que todo estudante branco do direito, masculino principalmente, tem. tipo, dentro da sala de aula o pessoal falava do que aconteceu domingo passado e eu caladinho. Hoje não faz o menor sentido pra mim, não é minha lógica, mas naquela época que você tá entrando no ambiente, é uma lógica que você quer ser.

Pesquisador:

[retirado]

Washington:

É porque a minha experiência é baseada justamente nesse ponto, na minha sala tem 60 alunos

e eu não ando com nenhum deles, eu não me relaciono com eles. Todos os meus amigos são das [retirado] e do [retirado], e é isso, só ando com eles. Sempre que eu vou estudar eu falo, eu estudo com eles na BCE, porque eu percebi que quando, porque tem toda essa estrutura aqui na FD pros alunos se unirem, né. Ah, não sei o que vamos marcar um encontro vamo fazer tal coisa calouro e veterano, só que em todos os rolês eu não podia participar. Por exemplo eles marcam de jogar bola, de vocês ir pro bar e terminar o rolê na casa de alguém.

George Michael:

No domingo, que não funciona o passe.

Washington:

É, exatamente! E sempre é tipo um absurdo, onde não passa ônibus.

Gloria Maria:

Onde a gente mora não tem nem direto pra casa domingo.

Washington:

E aí eu percebi que tipo meus amigos treinam no sábado, em lugares mais afastados, elas iam pro rolê também que é o rolê que vai todo mundo pra uma festa que os veteranos fazem pros calouros no início do semestre, o [retirado]. Termina muito tarde! Começa às 22h e tipo pô, como eu vou pra casa?

Pesquisador:

Deixa eu perguntar, vocês já foram no vaca louca?

Vários:

- Graças a Deus não.

- Já

- Já

- Já fui uma vez.

Pesquisador:

Gloria, (...)

Gloria:

Por que não recomenda?

Pesquisador:

Não, só pra entender porque é um espaço importante da FD.

Washington:

Sim, é muito.

Pesquisador

O ruim pra mim é que as pessoas são as da [retirado].

George Michael:

Perpassa por questão de disputa assim, do sentido da festa. porque....

Apache:

Mas também depende de quem tá fazendo.

Gloria Maria:

Essa questão, ela é realmente muito marcante que a Beyoncé trouxe, eu Gloria Maria, vivo isso também, cheguei no primeiro semestre aquela coisa nossa! Eu vou ser amigo de todo mundo, caraca, vai ser muito legal! Não foi. Tipo assim, a galera: “ai ‘vamo’ pro PDS, gente, vai ser bem legal!” Não tem como eu ir porque eu ou chego em casa ou eu vou pro PDS ou eu durmo na rodoviária. É coisa assim, ou eu vou pro HH ou eu volto pra casa, não tem como. Agora o pessoal tava com uma mania de fazer um HH bem aqui no CA.

Gloria Maria:

Não, a questão nem é essa, 22h da noite ‘vamos reunir as pessoas do direito’. Não, não vai reunir. Vai reunir quem paga van pra ir pra casa porque eu sou do [retirado] e eu não pego mais matéria no último horário da noite, porque não tem como eu ir embora, porque eu não vou pagar 300 reais de van, porque pesa no meu bolso, pesa no bolso da minha mãe. Eu acho assim e o [retirado], “gente, vamos pro [retirado]”, pois é. As pessoas da minha sala é uma

mobilização pro [retirado], tipo assim, vamos alterar data de trabalho.

Gloria Maria:

Pois é. Gente, é outra realidade, nunca que eu vou pro [retirado]. Eu to 'numa' fase que tipo assim, ou eu arranjo um estágio pra morar aqui ou eu não sei o que eu vou fazer, porque eu não consigo mais ficar quatro horas dentro do ônibus, ajudar minha mãe de uma forma dentro de casa, estudar, chegar aqui e ter as aulas, não ta rolando, ou eu consigo um estágio pra morar aqui perto ou eu não sei o que eu vou fazer.

Frank:

Tentando que falar um pouco sobre os três eixos, eu não participei de extensão, mas eu participei de atividades extraclasse. Então eu tive a experiência com [retirado], outros grupos de pesquisa e o [retirado] e acho pouco parecido com o que foi comentado, apesar de ter participado desses movimentos, desses eventos, a pesquisa foi o lugar onde me encontrei, sabe?! E nem foi por estar participando de um grupo de pessoas que me acolhiam e tal. Não, é o momento em que eu, é o lugar onde eu consigo me expressar efetivamente, mesmo que não seja essas temáticas que não são debatidas no meio, assim, mas, são algo que eu gosto de debater, é o meio da minha expressão mesmo. Mas eu tenho muitas críticas sobre a pesquisa é diferente porque é um espaço egoísta, né? Extremamente individualista, do tipo: minha mãe vai ler a pesquisa, quem vai ler a pesquisa, quem vai ser afetado efetivamente com o que eu estou escrevendo e todo o debate de como escrever com a técnica ela acaba afastando a sociedade, você é requerido escrever de tal forma mas dessa forma não é a forma mais aceita possível. apesar de ser um lugar de conforto, é um lugar que ainda causa muito desconforto. Conforto e desconforto. Indo pro ponto da sociabilidade, eu vejo muito isso na [retirado], eu participo já vai fazer dois anos da [retirado] e como esse espaço ta sendo utilizando, não tem um momento que você consiga debater essas questões que afetam isso, você conseguir problemas que afetam os membros, sabe? Tipo tem reunião geral no sábado, ou não sei, uma festa no lago sul... ou você tem que virar a noite pra fazer o projeto sem ter essa concepção que eu não consigo vir todo sábado pra cá ou não consigo ir pra uma diversão em tal lugar por questão de transporte mesmo. Isso que a Glória Maria comentou é muito muito eu, durante esses [retirado] anos que eu to na UnB, tipo, eu já dormi na rodoviária já.

Gloria Maria:

Eu dormi lá também, foi engraçado!

Frank:

A gente é meio que forçado pra tentar se integrar nesses locais.

Pesquisador:

Passar por situações....

Pesquisador:

Extremamente perigoso, não é só engraçado, é perigoso.

George Michael:

O dia que eu fiquei na rodoviária até quase 00h eu achei que fosse outro mundo.

Washington:

É outro mundo.

George Michael:

Graças a Deus que eu tenho [retirado].

Gloria Maria:

Eu tava olhando ali pra viçosa, eu fiquei “meu Deus, onde é que eu me enfiei?”. Nunca mais na vida! Minha mãe vai me matar quando eu chegar em casa!

Apache

Alguém nesse dia o [retirado] que teve que me buscar, e daí eu fiquei lá até 4h da manhã eu acho...

Gloria Maria:

Eu não dormi também não, eu fiquei na festa até acabar e esperar o horário do ônibus passar. já tava clareando e até isso, o ônibus só passa 6h pra voltar pra casa.

Glória Maria:

Não, eu voltei pra casa.

Glória Maria:

Voltei com o viçosa, mãe.

Frank:

E eu fico pensando em como isso afeta a saúde mental, sabe? como [retirado] a gente passa quatro horas no metrô ou ônibus, a gente passa boa parte do dia no transporte público e as vezes pra vir pra uma aula que não nos representa, pra vê uma aula que não nos acrescenta, isso desgasta muito, sabe?! Quantas vezes eu já pensei em desistir, isso pros outros cursos também, é algo que... principalmente na [retirado], a gente tem aula de 8h até as 18h, intervalos no horário de almoço, tipo isso, isso me desgastava e eu ainda tinha que chegar em casa, estudar, que a [retirado] comentou, enfim. É tipo, muito violento e é muito desgastante e acho que é isso.

Pesquisador:

(...) Washington

George Michael:

Eu Washington percebo muito que, na concepção da minha sociabilidade na Universidade de Brasília, a partir do momento em que eu me dei conta que era com pessoas negra que eu deveria estar, as poucas que eu consegui encontrar, isso acontece muito um pouco tardiamente até. Esse já é meu[retirado] ano de faculdade e é quando eu entro em contato com CCN, com a galera que tava pensando em universidade mesmo, assim, no projeto de universidade mais inclusivo até. E aí, a partir do momento em que eu era nomeado como estudante de direito, sabe?! Aí eu me dei conta que tipo assim, aqui dentro da faculdade eu não sou estudante de direito, no conceito técnico, mas aí uma hora convivendo com pessoas negras, com valores culturais, eu era estudante de direito. Vinha com conhecimento quadradinho, colocava minha concepção mesmo tentando dialogar com a lei e isso foi ajudando a minha saúde mental, como o Franklin disse atrás, a minha saúde mental foi um pouco mais reconstruído e não só isso, a minha autoestima foi aumentando um pouco mais. E aí, é muito quando a sociabilidade dentro da universidade, ela perpassa por muitos eixos de nossa vida, sabe?! Eu acho que é importante a gente falar disso, sabe?! Falar o quanto que a gente como estudante de direito, o quanto esse

lugar traz uma respeitabilidade mas que você não é nomeado, sabe?!

Beyoncé:

Fazendo uma equiparação com o George Michael, quando eu entrei aqui na FD para fazer inscrição eu tava de roupa normal, fiquei pensando: será que meu cabelo tá bagunçado, será que minha chinela tá meio suja? Ai a menina me olhou de cima até embaixo e perguntou: você é estudante de direito? Ai eu olhei assim, gente se eu estou aqui, fazendo a inscrição aqui. Era uma menina branca ai eu falei: sim. Depois eu fui pra casa e que rolê, porque eu não poderia ser estudante de direito. Ai uma coisa que quero falar sobre, porque a Glória Maria comentou e tentando, porque eu acho que vai ser importante pra você. Trazer gênero nisso, como a mulher negra tá nesse espaço. Porque envolve muito pra gente, desde autoestima, estética, o que você vai fazer com seu cabelo e até coisas de casa, sabe? Porque é muito assim, não sei como é na casa de vocês, mas na minha, ainda com todos os processos que acontecem eu tenho que ficar meio dividida, chego em casa tenho que lavar louça, ajudar minha mãe a limpar a casa e esse lugar é pra mim também. Ai eu tenho que me dividir entre, será mesmo que eu poderei atingir esses status de acadêmica que tem o tempo livre? Tomar um vinho. Na verdade, a cada página que eu tenho que ler vou ter que fazer alguma coisa também, sabe? Lá em casa eles também não compreendem tudo que é aqui, minhas primas também não entendem que por exemplo eu não posso conviver com elas porque tenho que passar a semana aqui estudando e eles não entendem essa dimensão que é academia, eles vem como algo não sei se superficial, na real eu não estigmatizo minha mãe, nem minhas primas, elas passaram por vários outros roles, mas assim elas não vão entender que eu vou parar pra ler pra passar aqui dentro. Eu falo de cabelo estética essas coisas, o processo de transição pra mim foi muito pesado e imagino que seja pra você ou pra homens que também estejam passando por esse processo de transição. É muito um processo de aceitar que de fato vou ser bonita desse jeito e na verdade eu interno atingível de ser outra versão e as vezes eu me sinto equiparada aqui também, isso que envolve autoestima para as mulheres negras e é isso que eu posso falar. É você também enraizar e falar: não eu sou aceita assim, eu sou ótima assim, eu sou suficiente assim. E como estudante eu também sou suficiente desse jeito, é um processo de aceitação e eu não sei quando que é que eu vou passar por essa transição acadêmica aqui, mas cabelo é um rolê que mexe mesmo e comigo mexeu muito também. Alguém fala do meu cabelo antes era horrível pra mim. Eu tava no processo de transição quando estava no [retirado], depois passei um semestre no [retirado] e sai porque não tinha condições de pagar, mas lá eu via os olhares das pessoas e eu sei que se

eu tivesse passando por esse processo de transição aqui eu também iria sentir esse olhares, ia sentir que não tá tudo bem aqui com o cabelo que é uma das expressões que não é muito aceita aqui, e eu vou sempre ser vista como a exótica aqui, [retirado] ou qualquer outro lugar acadêmico. O pessoal toca no seu cabelo e acha que tem direito de falar do cabelo e eu não tenho intimidade com ninguém, isso importa pra como a gente se sente bem nesse espaço, a nossa autoestima nesse espaço, não me sentindo bem pra falar aqui.

Washington:

Sobre uma experiencia que eu tive foi justamente isso. Logo no início das aulas que eu percebi que eu tinha que refletir muito sobre se esse lugar é pra mim e o que ela falou se eu percebesse que era seria uma luta constante, porque eu lembro que eu iria fazer uma visita ao [retirado], ai a menina chegou lá na sala: gente vai ter uma visita ao [retirado], vamos arrumadinho. Pensei: ah beleza, vou arrumadinho de blusa social. Ai ela: não, terno e gravata. Eu não tenho isso, e ai ela falou que se não a gente não poderia entrar e ai eu falei: então eu não vou. A galera toda foi, tirou foto e eu não fui. Foi quando eu pensei, essa galera é tudo esse rolê, será que eu faço parte disso mesmo? Foi quando eu percebi que eu estaria lutando a todo momento, isso não deixa de ser agressão também. Qual o problema de você está tranquilo, usar o seu tempo pra trabalhar... Galera vem estudar chega aqui em 20min e esquece que ônibus cansa mentalmente, assim e estudar em ônibus também é um rolê muito difícil ainda mais quando a gente fala de matérias que são complexas, que você tem que parar, pensar, anotar, escrever, não é possível. E é perdido esse tempo do ônibus, o cansaço, mas é isso.

Glória Maria:

Eu Glória, me identifico muito com o discurso da Beyoncé. Quando eu fui fazer minha matrícula a mulher perguntou: qual seu curso? Eu falei: Direito. Ela: nossa eu olhei pra você eu jurava que era história, artes. Eu: tá bom, enfim. Eu chego em casa, estou lá estudando, não posso estudar tenho que ajudar nas tarefas domesticas. “Mãe eu preciso estudar mulher”, “não mas você tem que ajudar”. Meu irmão ele tem [retirado] anos e ele não precisa ajudar, ele tá indo pro [retirado] agora e ele não tem essa mesma responsabilidade que eu tenho, sendo que eu estou na faculdade, tenho que pegar o transporte público, que é realmente um grande problema na minha cabeça, tempo perdido. Às vezes eu chego 23h em casa e tenho que fazer janta pro meu irmão almoçar no outro dia, sendo que eu nem vou almoçar no outro dia, vou comer no RU, então é uma parada muito louca. É aquilo será que é porque meu cabelo tá muito

volumoso que tão me olhando. “Seu cabelo não tá tão bonito como tava naquele dia” ou então “você passou pouco creme hoje”. Eu ainda estou nesse processo da transição, é uma coisa que mexe muito comigo, eu fico esse lugar não é pra mim, se meu cabelo tá importando tanto assim.

George Michael:

Fazendo um link com o que Beyoncé falou sobre transição capilar, como mulher negra. É importante eu trazer também, minha percepção como homem gay. A minha experiencia dentro da FD, não existem tantos gays negros e a gente acaba passando por um processo de solidão bem evidente, porque a galera negra é heteronormativa e a galera branca não tem a possibilidade da sociabilidade mais ampla. Eu percebi que é mais possível dialogar dentro dessa chave com a galera negra e obviamente não é só dentro da FD, mas em toda minha vida e eu percebo que se já é difícil tematizar raça, imagina tematizar raça e gênero. Eu vejo um lugar em que eu tenha que me multifacetar, ou seja eu enquanto sujeito negro gay, tenho que ser sujeito negro dentro do LGBT, tenho que ser o gay dentro do negro e essa segmentação produz diversas formas de violência que é chato de lidar.

Apache:

Eu tenho que concordar com o Washington que esses espaços de convivência, se importa o que você veste, inclusive foi um motivo que eu chorei pra Beyoncé um dia desses. Eu falei pra ela que estou no [retirado] semestre e não tenho um terno. A questão é que eu já tinha internalizado isso antes, nesse ambiente de competição constante em que por exemplo alguém abre uma vaga de estágio no Lago Sul e tem que ter terno, o que eu vou fazer lá? Eu não tenho terno, eu não tenho condições de chegar no Lago Sul e como eu quero construir uma carreira pública a realidade do setor privado não me interessa, eu poderia até estagiar em uma iniciativa privada, escritório, mas desde que você entra no curso você é condicionado a essas alternativas, mas as coisas te obrigam a fazer. Só o conjunto de um terno é 350 reais, eu antes de entra no ensino superior, não tinha dinheiro, vinha pra UnB com o passe e a grana do RU. A primeira vez que eu usei um terno foi na formatura do meu cunhado, que eu aluguei até o sapato. Meu sapato que eu uso aqui, eu comprei ele mês passado, eu não tenho camisa social, agora eu acho que tenho condições de comprar, mas assim [retirado] depois de entrar no curso. Tem palestra na OAB e eu fico pensando, essas coisas não são faladas e você é condicionado. Eu volto de [retirado] e pago [retirado], desde que comecei a estagiar, eu pago. Antes pesava e o que eu iria fazer, vou pagar a [retirado] ou um terno? Porque depois de 23h30 não tem mais ônibus

pra [retirado].

Pesquisador:

Eu vou fazer uma pergunta pra vocês. Vocês já tinham visto essa imagem?

- não

- não

- já, embaixo da escada

Pesquisador:

O que essa imagem significa pra vocês?

Apache:

Não consigo identificar se é uma crítica ou racismo.

Pesquisador:

Se for uma crítica qual a mensagem que ela passa pra você?

Apache:

A crítica seria aquela ideia de democracia racial não existe.

Glória Maria:

Eu vejo: “aqui não seria o lugar de vocês”.

Pesquisador:

A gente não sabe quem fez, vamos pensar assim. Sociologicamente pessoas de cor é um termo manuseado nos EUA, a gente não usa esse termo. Se a gente estivesse nos EUA, expressamente seria racismo. Mas a gente não usa, a cor no Brasil também é um demarcador social então como vocês enxergam dentro desse espaço? Essa imagem que talvez vocês nem sabiam que existia, mas ela resiste há uns 4 anos.

Washington:

Agora sabendo que tem tanto tempo assim estou reflexivo.

Georgie Michael:

Essa frase me incomoda muito, no sentido negativo mesmo. A gente é demarcado por essa coisa de não haver cor, aqui no direito é muito bem estabelecido esse mito. Minha preocupação é justamente esse “sem”, porque o que o direito tem é isso de ser neutro. Não consigo ver uma denúncia.

Washington:

Como eu não sei quem escreveu isso...

Pesquisador:

O que as pessoas que frequentam esse espaço, passam por aqui, como elas veriam essa mensagem?

Washington:

Eu percebo uma coisa, essa palavra advogado é interessante porque a gente pensa assim... quando a pessoa tá perto de se formar, principalmente aqui na UnB, elas passam a fazer a OAB no oitavo semestre e aí você quando sai da UnB, você é um advogado só que eu percebo que a graduação já começa com uma pequena quantidade de negros e essa quantidade vai diminuindo. Tem uma menina na minha sala que é negra e ela já tá tendo muita dificuldade e eu fico tentando convencer ela de que entendo que é difícil, mas ... enfim é complicado falar sobre essas coisas. Mas eu entendo como se uma pessoa que passou por esse processo, só que quem chegou no final desse processo? As dores o que a gente passa e como Beyonce colocou, como a gente tem que se encaixar? Então quando a gente se torna advogados, será que ainda teremos nossa cor de negro, entende? Eu tive a chance de conhecer um juiz claramente negro que falava eu não sou negro, sou branco. O direito fica embranquecendo as pessoas. As pessoas que terminaram o direito, o quanto elas tiveram que sofrer e tentar se adequar o tempo todo, porque aqui ou vou se adequar ou você sai. Se a gente tá falando de relações de poder, entre branco e preto, o preto sempre está abaixo das relações de poder e o direito como esse campo de poder, não vai deixar que a pessoa assuma esse poder então eu vejo essa frase justamente sobre isso. Um advogado que passa por esse processo.

Beyoncé:

Primeiramente, eu vi negativamente, mas agora consigo ver assim. Quem é a Beyonce que

entrou aqui? E eu vejo que hoje em dia eu até estou falando de um jeito que minha mãe não entende. É literalmente estar sempre se encaixando e quando você vê, é a Beyoncé sem cor. Em que momento eu vou estar me enxergando ainda como mulher negra? E que espaço eu ainda vou ter esperança de modificar alguma coisa, pelo menos nas pessoas ao meu redor? É cansativo esse processo, igual vocês falaram, é violência. E é solitário, né. Sobre o que vocês falaram de pessoas brancas falarem absurdos, um professor nosso falou, em [retirado], sobre um suposto ideal de eugenia bom por trás do conceito do casamento não compatível. Tem um decreto no Brasil prevendo casamento entre tios e sobrinhas, para fazer isso tem que ter autorização judicial e exame médico, aí ele falou que por trás desse exame médico tinha um caráter de eugenia bom. Claro que ele falou “bom” entre aspas, mas foi uma expressão infeliz. E mesmo assim, eu vejo que ele, na aula, fala absurdos e as pessoas riem, ele é branco, se ele falasse isso é fosse negro acho que as pessoas iam ver com uma carga pejorativa. Ele dá alguns exemplos de traição, tipo: vou dormir com outra mulher e minha mulher acha ruim... Outro exemplo que ele comentou e foi racista mesmo. Colocando os entraves da época, de casar com pessoas, fala sobre filhos fora do casamento e isso passa por muitos resquícios da escravidão. Ele disse assim “e como você vai explicar pro seu pai que vai casar com uma negra?” No meio da aula... ele olhou pra uma amiga e a gente ficou meio assim... mas ele se sentiu confortável pra falar, porque era sobre [retirado]. E ele não falou casar com “uma mulher negra” ele disse “casar com uma negra” carregando nos estereótipos. Ele olhou pra mim e eu mostrei que eu não gostei.

George Michael:

Eu acho que perpassa também pelo que tenta disfarçar aqui na FD, com aquilo de “somos todos iguais” é isso que já comentaram. É bem um discurso fundamentando nisso de todos somos iguais e por isso não há racismo hoje em dia, não existe mais. Eu vou ser sincero, “advogados sem cor”, eu nunca tinha percebido. Tem uma ambiguidade assim, como entender isso? Saber a autoria? Tem várias interpretações.

Glória Maria:

Uma coisa que eu achei interessante, eu vim olhar esses quadros de formandos e coque só tem branco. Eu fiquei “cadê? Não tem ninguém parecido comigo aqui?” É incrível, fiquei chocada. É engraçado que tem um quadro com a frase “direito e igualdade” só de brancos.

Pesquisador:

Vamos tematizar uma coisa que vocês falaram muito, existe um programa institucional de assistência pros estudantes e não sei quais de vocês ou em que condições são assistidos, mas como vocês percebem essa questão socioeconômica, vocês já falaram diversas vezes aqui... mas como ela é na FD? Sobre edital da DDS, edital de financiamento do RU, edital de moradia, acessar aos programas de formação de língua estrangeira, como isso é tratado aqui na FD? É divulgado? Vocês se autoajudam, do tipo “tem edital da DDS, tá concorrendo? É uma preocupação de vocês? Em todo momento, seja na formação, na extensão, na pesquisa é um limitador essa questão econômica e material. Independente da condição individual de vocês a gente percebe que tem uma preocupação comum que é: sobreviver. Isso tem uma vinculação direta com a questão material, como isso é tratado dentro da FD? Tem um apoio institucional? A coordenação lida com isso de forma adequada? Assim, vocês já entram no curso sabendo sobre isso da DDS? Ou não isso vocês que solidariamente apontam? E como isso interfere na vida de vocês aqui?

Apache:

É interessante o que você falou, porque eu tinha a minha bolsa que eu não pedi no primeiro semestre, só depois de [retirado]. Por ‘n’ motivos eu achava que não precisava, mas depois que as coisas apertaram eu percebi essa necessidade, mas daí decorre o fato de que na faculdade de direito eu nunca tive noção disso. Quando tive noção dessa bolsa eu tava um semestre de [retirado]. E quando, aqui na faculdade de direito, eu vi meus amigos usando dessa bolsa. Porque entre o grupinho social, a assistência social, pra eles era a última das importâncias. Eu soube disse por meio de pessoas que precisam e que me falaram.

Washington:

Eu gostaria de falar sobre isso fazendo comparação com o curso de [retirado], porque eu passei junto com um amigo meu que entrou em [retirado]. Eu percebi a diferença justamente quando abriu o edital e pra galera de [retirado] os veteranos já mandaram o edital e falaram para as pessoas se inscrevem. Um parêntese sobre isso pra explicar, a gente marcou um futebol com a galera de [retirado] e do [retirado] e a galera de [retirado] disse que ia ver, porque como era período de férias, não tinha passe estudantil e nem todo mundo ia poder ir, a galera do [retirado] nem cogitou essa ideia, no fim pra não deixar essa galera de foram decidiram não fazer o futebol e esperar até as aulas começaram. Assim eu percebo que nas [retirado] tem

muito isso, de “gente abriu o edital, quem precisar de ajuda ou quiser conversar, fala comigo”. No direito não, mandaram o edital quando já tava quase começando às aulas e falaram “tem isso aqui”, muita gente só passou o olho e, por exemplo, na minha sala tem várias pessoas que precisam e não conseguiram, porque não entregaram os documentos corretamente, na [retirado] teve esse auxílio. Então tem esse pensamento pra conversar sobre assistência estudantil, almas nunca sai do pensamento. Essa questão é tratada dessa forma, superficial, só é citado, não explicado nem conversado.

Pesquisador:

Institucionalmente a faculdade nunca enviou pra vocês? Vocês nunca receberam um comunicado institucional?

Vários:

Não.

- Só se entrar no site da FD.*
- Nunca vi no site da FD.*
- Já vi comunicado do Centro Acadêmico.*
- Você tem que acompanhar muito bem.*

Apache

Eu já entrei sabendo, porque eu precisava de alguma coisa pra me manter aqui na FD. Ou eu estagiava desde o primeiro semestre ou eu buscava alguma bolsa. Então eu buscando o site da UnB eu tive esse acesso. Mas, na FD a gente não tem essa informação, seja por parte da FD ou Centro Acadêmico. Até minha época isso não era tão divulgado também, foi ter mais pra frente 2015/2016, quando o Centro Acadêmico botou um post assim, “gente quem precisa, tá aqui a assistência”, mas não foi chamando pra conversar.

Pesquisador:

Eu fico pensando, pelo contexto em que a gente tá, que foi muito sentido os cortes na educação. Como isso foi enfrentado pela FD? Como a FD lidou com isso sabendo que ela tem um público também que depende da assistência estudantil. E a gente pode racionalizar também, não são só pessoas pobres, podem ser pessoas pobres brancas e negras. Por isso que eu perguntei, vocês receberam informações, tiveram acesos a informações? Se vocês iam ser impactados,

por exemplo, algumas pessoas aqui recebem bolsa de pesquisa, essas bolsas iam continuar normalmente? Porque querendo ou não isso altera a forma de sobreviver, né. Vamo encerrar com uma última questão que eu acho que reflete muito o que aconteceu recentemente, que foi a renomeação do auditório. Por que que a gente tá trazendo não só esse fato, mas já que a gente tá falando de imagem, de se sentir pertencido, de falar sobre si, de ser tematizado de uma forma positiva. Aí a gente volta pra uma dinâmica específica da pesquisa, que é tentar entender como vocês se percebem como agentes dentro da faculdade de direito. Qual a percepção de vocês como sujeitos individuais e como sujeitos coletivos? Qual a percepção também de uma coletividade das pessoas negras, em que nível isso acontece, se vocês têm relatos ou conhecimento do que foi a experiência dos estudantes anteriores daqui, se teve essa convivência de estudantes negros de outras gerações, que já se formaram ou são veteranos, queria que vocês relatassem isso.

Washington:

Eu vou falar sobre o que me falaram quando eu tinha acabado de sair desse debate, sobre a Esperança Garcia e a mutação. Falaram que eu tava entrando em outra FD. As pessoas estão com mais receio, menos confortáveis de expor racismo escancarado, eu percebo muito isso com uma professora que quando... vou explicar melhor. Eu tava na sala de aula, um aluno levantou a mão e perguntou “o que você acha do nome esperança Garcia?” Ela olhou pras pessoas e falou” isso tem que ser debatido , porque Joaquim Nabuco foi um cara importante” na hora me subiu uma coisa assim... porque, beleza, ele foi um cara importante, mas eu to falando de protagonismo e de como eu to cansado dos brancos aqui na FD, e na hora que ela falou isso, olhou pra mim é eu percebi que ela foi falando de uma forma muito mais cautelosa, escolhendo as palavras. Foi isso que eu percebi. Antes, como que conheço pessoas já formadas, elas me falavam justamente isso, que as pessoas nem se importavam. Hoje, por exemplo, acho que o Maré é muito importante, vocês estão à frente desse debate, agora, se acontecer alguma coisa comigo, eu sei com quem dialogar, quem procurar. Antes esse amigo meu não sabia quem procurar, ele não tinha alguém com as ideias mais matutadas pra refletir com ele sobre isso que tava acontecendo com ele. Hoje eu percebo essas pessoas, como referências, que estão nessa luta. Por exemplo, o nome do auditório esperança Garcia não é uma luta de hoje. Então você vai criando uma vontade das pessoas de refletiram mais sobre si mesmas e de quererem estar no centro dessas coisas. E foi isso que eu percebi. Colocar esse nome lá é mostrar “temos alguém aqui” e não é só o nome mas quem ajudou a colocar o esse nome lá, porque não foi um

processo dos homens brancos professores da FD não, foi uma luta do Maré que pensou sobre isso, então é algo que tem que ser debatido e tá crescendo agora. São pessoas negras que estão buscando as próprias referências, volta nisso de que é a nossa luta.

Glória Maria:

Ah eu gostei bastante, quando eu cheguei e vi os bustos da FD, são homens brancos que eu nunca ouvi falar o auditório tinha o nome de outro homem e eu perguntava cadê as mulheres daqui da FD. Com a mudança eu me senti mais acolhida, porque é uma mulher negra que tá ali representada em um lugar que vai ser um centro de debates, achei maravilhoso.